

-----ATA N.º 3 DE 27 DE ABRIL-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

----- Aos vinte e sete de abril de 2022, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 – Proposta n.º 9/CM/2022 - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2021, do Município de Torres Vedras;-----

----- 2 – Proposta n.º 10/CM/2022 - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2021, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

----- 3 - Proposta n.º 11/CM/2022 - Discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2022 do Município de Torres Vedras;-----

----- 4 - Proposta n.º 12/CM/2022 - Discussão e votação da 1.ª revisão ao PPI e ao Orçamento da receita/despesa para o ano de 2022 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

----- 5 – Proposta n.º 13/CM/2022 - Aprovação do Contrato Programa a celebrar entre o Município de Torres Vedras e a Promotorres, EM. para a gestão do Mercado Municipal, para o período de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025;-----

----- 6 – Proposta n.º 14/CM/2022 - Autorização para a celebração de contrato de permuta de lotes de terreno junto ao Mercado Municipal e fração autónoma destinada a serviços públicos a construir, entre o Município de Torres Vedras e Goiab, Lda.;-----

----- 7 - Proposta n.º 15/CM/2022 - Autorização da repartição de encargos da despesa plurianual destinada ao aluguer operacional de 2 veículos de recolha e transporte de resíduos urbanos, novos e sem uso dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras – Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 29/04/2021;-----

----- 8 – Proposta n.º 16/CM/2022 - Autorização para a desafetação de 777,91m2 do domínio público municipal e a sua integração no prédio de origem, por erro de medição constante no levantamento topográfico - redução da cedência ao domínio público para arruamento - Processo CT/684/2021 de Patrícia Duarte da Silva Gomes;-----

----- 9 – Proposta n.º 17/CM/2022 - Aprovação da prorrogação do prazo de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social (Decreto-Lei n.º 23/2022 de 14/02 - 1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12/08);-----

----- 10 - Proposta n.º 18/CM/2022 - Discussão e votação da proposta de regulamento do Programa de Voluntariado “Faz parte – Torres Vedras Jovem”;-----

----- 11 - Proposta n.º 7/AM/2022 - Apreciação do Relatório Anual de 2021 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras;-----

----- 12 - Proposta n.º 8/AM/2022 - Apreciação da Petição Pública sobre troço Ramalhal/Torres

Vedras Norte da A8 – Primeiro subscritor Pedro Manuel de Almeida Nunes Barata; -----
----- 13 - Proposta n.º 9/AM/2022 - Nomeação do Conselho Municipal de Educação; -----
----- 14 - Proposta n.º 10/AM/2022 - Informação das comissões; -----
----- 15 - Proposta n.º 11/AM/2022 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----
----- Informação sobre competências delegadas: -----
----- 15.1 - Proposta n.º 12/AM/2022 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----
----- 15.2 - Proposta n.º 13/AM/2022 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----
----- 16 - Proposta n.º 14/AM/2022 - Votos, moções e recomendações.-----
----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segundo secretário).-----
----- Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar: -----
----- Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Marta Filipa Sousa Geraldes, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Sérgio Augusto Nunes Simões, Tomás Horta Lourenço, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim do Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho e David Alves Gomes Lopes, Marco António Figueiredo Branco e Artur Alexandre Santos Narciso-----
----- Faltaram os deputados municipais António Augusto Ferreira dos Anjos, Luis Miguel Antunes Baptista e Ana Paula Mota. -----
----- Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Basílio Ramos. -----
----- O **presidente da Mesa** declarou aberta a reunião e como nota prévia assinalou o facto de, após dois anos de pandemia, estarem de volta aos Paços do Concelho, sede do Órgão

Deliberativo. -----

----- De seguida deu início ao período aberto à intervenção do público:-----

SAÚDE – URGÊNCIAS DO HOSPITAL DE TORRES VEDRAS:-----

----- O *cidadão Paulo Bento* iniciou a sua intervenção saudando o regresso da Assembleia Municipal à casa mãe e o facto de poderem vir sem máscara, pois, é sinal que neste aspeto na área da saúde, felizmente houve progressos positivos. -----

----- Continuou dizendo que faz esta referência porque vem ao plenário falar sobre saúde, mais especificamente pela ausência de alguns cuidados de saúde fundamentais para os habitantes do concelho. -----

----- Nesta senda, deu nota de alguns problemas que se têm verificado nos últimos tempos, mais concretamente, o encerramento de todos os centros de saúde do concelho no fim de semana da Páscoa; crianças a chegar à pediatria, serem encaminhados para as Caldas da Rainha e depois, por carecerem de especialista, serem encaminhados para Lisboa; verem na unidade de Torres Vedras fim de semana atrás de fim de semana, praticamente sempre o mesmo médico que assegura 24 sobre 24 horas os serviços de urgência e de ter sido aberto um novo concurso a empresas externas para fornecimento de médicos, porque a administração do Centro Hospitalar do Oeste se recusa a contratar médicos para o quadro e insiste na prestação de serviços, pagando a 90 euros à hora. -----

----- Também deu nota que a última empresa que ganhou o concurso tem dois médicos no seu quadro e como não tem médicos para fornecer tenta socorrer-se de outras empresas para não perder o concurso e no meio disto tudo estão os torrienses, e também aqueles que não sendo torrienses, vivem no território e carecerem de cuidados de saúde.-----

----- Deu nota ainda ter conhecimento que está marcada para dia 20 de maio uma grande vigília nas Caldas da Rainha pela sua comissão de utentes e que na passada semana 23 médicos internistas do hospital das Caldas da Rainha se demitiram das funções de chefia, o que lhe causa apreensão. -----

----- Concluindo apelou que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, junto da administração do CHO, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Secretário de Estado da Saúde e Ministra da Saúde, manifestem a necessidade premente de se agir pois os torrienses não podem permitir ser tratados desta maneira. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Início do Período antes da Ordem do dia:-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

----- O primeiro secretário António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo sido numerados e rubricados seis documentos, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa

ao livro das atas. -----

SUSPENSÃO DO MANDATO:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----E-mail, de Francisco Artur Gomes Corvelo, de 25 de março, que por se deslocar à região Autónoma dos Açores entre os dias 2 de abril e 30 de maio, vem, nos termos da alínea c) do art.º 5.º do Regimento deste órgão, solicitar a suspensão do seu mandato durante o referido período bem como a sua substituição nos termos legais e regimentalmente aplicáveis. -----

-----Ao abrigo do n.º 4 do art.º 76.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foi convocado para a efetividade durante o referido período, Miguel Jorge Santos Samarão. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL

REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail de Miguel Jorge Santos Samarão, de 27 de abril, a solicitar, por motivos de doença a sua substituição na sessão de 27/28 de abril, indicando para o efeito Ana Paula dos Santos Mota, que foi convocada nos termos legais. -----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail de Renato António Cabral Rodrigues Monteiro, de 18 de abril, a solicitar a sua substituição temporária, durante o período de 18 de abril e 8 de maio do corrente ano, pelo segundo elemento da lista da Aliança, Marco António Figueiredo Branco. -----

DOCUMENTO 4:-----

-----E-mail de Sónia Alexandra Ferreira Patrício, de 21 de abril, a informar que por motivos profissionais e de ausência do país, não poderá estar presente na sessão ordinária de 27, mas poderá estar no dia 28, caso a mesma continue. -----

-----Nos termos legais foi convocado Artur Alexandre Santos Narciso. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-----

DOCUMENTO 5:-----

-----E-mail de Ana Paula dos Santos Mota, de 27 de abril a informar que por motivos pessoais inesperados e inadiáveis não poderá estar presente. -----

DOCUMENTO 6:-----

-----E-mail de António Augusto Ferreira dos Anjos, de 6 de abril, a informar que estará ausente do país entre o dia 22 e 30 do corrente mês, pelo que não lhe será possível estar presente nas sessões e ações agendadas para esse período temporal. -----

-----A Assembleia Municipal apreciou o pedido de suspensão e tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

SAÚDE E CENTRO HOSPITALAR DO OESTE:-----

-----A *deputada municipal Marta Geraldés*, começou por reportar-se a uma página da rede social Instagram de nome, “perolas da urgência”, que tem como objetivo denunciar situações vividas pelos profissionais de saúde em Portugal, onde há 6 dias atrás foi publicado o seguinte: “a situação no CHO é insustentável: equipas reduzidas para lá dos mínimos, profissionais de saúde em *burnout* e doentes em risco e dá nota mais concretamente de que um internista chega a ter 90 doentes a seu cargo na urgência, os doentes passam dias a fio deitados em macas à espera de vagas de internamento que não surgem, os médicos por sua vez, não conseguem observar todos os doentes durante o turno e têm de os passar sem observação ou ajuste terapêutico e são frequentemente coagidos a fazer 24 horas seguidas de urgência, sem pausas para descanso e alguns foram até obrigados a fazer 36 horas seguidas, sob o pretexto que não podem abandonar a urgência. -----

-----A publicação também denuncia o facto de o CHO recorrer com frequência a empresas de prestação de serviços, que em abril ofereceram honorários de 90 euros por hora, e ainda assim são poucos os médicos tarefeiros que aceitam trabalhar naquelas condições, ficando os turnos geralmente por preencher, situação que reflete a degradação das condições de trabalho no SNS nos últimos anos, e também reflete políticas de ataque aos profissionais de saúde a quem são oferecidas condições de trabalho, cada vez mais precárias, traduzidas por remunerações baixas, recursos materiais gastos, espaços físicos insuficientes, inseridos num sistema de saúde cada vez mais centrado na urgência e que levam à saída em massa de profissionais do Serviço Nacional de Saúde para o privado, ou até mesmo para o estrangeiro, deixando os poucos resilientes que ainda se aguentam cada vez mais assoberbados.-----

-----Delata ainda que não foi renovado o contrato a 25 profissionais de saúde, os bombeiros têm cada vez menos capacidade de resposta, devido aos percursos maiores, a urgência é raro o dia, nas últimas semanas, que está aberta para doentes transportados por ambulância e os bombeiros avisam que um dia destes o socorro pode estar em causa.-----

-----Perante o exposto não deseja que nenhum torriense precise de recorrer às urgências do hospital de Torres Vedras e para a sua geração deseja que tenha a capacidade de ter um seguro de saúde, porque os impostos que pagam para o SNS são em vão, sem respostas na maioria dos dias.-----

-----Concluindo afirmou que precisam de um novo hospital e não o conseguindo pôr de pé a curto prazo, têm de ter soluções para o CHO por parte do governo e nesse sentido é de extrema importância o Município reunir com o Ministério da Saúde, estando o Partido Social Democrata disponível para integrar uma comitiva para o efeito. -----

-----O *deputado municipal Ilídio Santos*, também concorda que é urgente que se faça alguma

coisa pois quando se tem que recorrer ao serviço, como ele recorreu nos dias 6 e 8 de abril, conseguiu perceber que é bem pior do que se relata, ou seja, viu camas amontoadas, doentes em cima de macas deixados pelas ambulâncias e que esperam em cadeiras na sala de tratamento, quando deviam estar deitados. -----

----- Também considerou lamentável terem fechado a urgência, nos dias 7 e 8, porque não havia médicos para atender e aproveitou para expressar uma palavra de apreço a todos os profissionais de saúde que lá trabalham, porque fazem o melhor que podem. -----

----- Acrescentou que todos sabem que muitos utentes que recorrem às urgências não são urgentes, sendo este é um problema que está a montante, nos Centros de Saúde, e também sabem que a responsabilidade da colocação dos médicos e dos enfermeiros não é desta tutela, mas de nada vale construir Unidades de Saúde Familiares, se não têm médicos para pôr lá dentro, como é exemplo o caso de USF da Ventosa. -----

----- Desta forma lembrou que o Movimento Cívico - Unidos por Torres Vedras (UTV) já fez algumas propostas, tais como criar alguns serviços no antigo hospital do Barro, libertando espaços dentro do hospital de Torres Vedras, para poderem ter mais camas. -----

----- Por tudo o descrito não percebe o que se passa, quando têm um governo PS central e uma autarquia desde sempre do Partido Socialista, no entendimento de que quem tem o poder, deve agir. Também o preocupa o facto da presidente de Câmara ter dito que tem feito todos os esforços junto da ARSLVT, no sentido de colmatar esta falta de profissionais, mas se tal não acontecer terão que tomar outras atitudes interrogando-se o que mais é preciso acontecer para que aja. -----

----- Na senda desta intervenção, a **presidente da Câmara** disse concordar com as palavras do deputado municipal pois estão todos zangados com esta situação da saúde no concelho, mas não podem escamotear que se trata de uma questão nacional, em especial a questão das urgências que surgiu com gravidade por todo o país, mesmo nos sítios onde não há falta de médicos, como é o caso do norte, mas o que os está a preocupar é a região do Oeste, e Torres Vedras em particular tem sido maltratada pelo poder político no que toca à saúde e não se inibe de o dizer a qualquer pessoa com quem fale da tutela. -----

----- Reforçou que estão a “agir” como incitado pelo deputado Ilídio Gomes, o que não significa que seja visível para toda a gente, porque não estão a organizar manifestações, nem “estadias” à frente do hospital. Estão a envidar todos os esforços possíveis, sendo exemplo disso o facto de ter tido uma reunião no dia anterior com a ARSLVT que durou mais de 3 horas, com todos os problemas elencados, e para os quais sabem quais são as soluções, que dependem primordialmente da tutela, o que não significa que não estejam disponíveis para arranjar soluções para algumas das coisas e têm algumas, mas precisam do conforto da tutela para o poder

executar.-----

----Relativamente às referências que o cidadão Paulo Bento fez sobre as contratações dos médicos, crê que a Assembleia Municipal se deveria informar junto do Conselho de Administração do CHO sobre a sua veracidade.-----

---- Reafirmou que estão a trabalhar e disponíveis para soluções que não sejam avulsas. -----

---- Também o *deputado municipal Rui Prudêncio* pediu para intervir pois o que todos ouviram e o que todos sabem sobre os cuidados de saúde no concelho, infelizmente é transversal a todo o país e nesse sentido pensa que as soluções não podem ser só para Torres Vedras, têm que ser transversais e nacionais. -----

---- Reforçou que compete ao Ministério da Saúde encontrar essas soluções e de forma rápida, dado que não podem continuar com “pensos rápidos” e com estes contratos com as empresas, e também não têm mais tempo para esperar. -----

---- Lembrou que saíram de uma pandemia em que todos os profissionais estão esgotados, estão a trabalhar por eles e por aqueles que estão em falta, aproveitando também para lhes deixar o seu agradecimento, mas de facto não há mais tempo para esperar, ou têm respostas ou têm que ir à procura delas. -----

---- Deixou claro que não é uma questão de partidos, é de corporações em que o Estado independente continua refém de uma ordem dos médicos, que há muito deixou de ser solução, para ser parte do problema e é preciso coragem para fazer as alterações necessárias para mudar este estado de coisas. -----

---- Prosseguiu indicando que os problemas estão todos identificados, assim como todas as soluções, mas ainda é incompreensível, por exemplo, ao nível dos cuidados de saúde primários, que se continue a abrir concursos para a zona norte do país, onde já não faltam médicos e na região de Lisboa e Vale do Tejo, onde há 1 milhão utentes sem médico de família, continuam a abrir menos vagas.-----

---- Assim, ou se coloca em prática as soluções que estão identificadas e que o Ministério da Saúde conhece, ou então infelizmente, irão assistir à falência do SNS. -----

---- Seguidamente tomou a palavra o *deputado municipal Luís Carlos Lopes*, que desde logo anunciou que a intervenção do deputado Rui Prudêncio o levou a intervir, pois obviamente que sabem que existem problemas noutros sítios, mas estão no Oeste e em Torres Vedras e é a Torres Vedras que têm que se circunscrever. -----

---- Afirmou que o PS, partido onde o deputado milita, detém a maioria absoluta no governo assim como na Câmara Municipal pelo que não quer ouvir mais desculpas, só quer resoluções e se há corporações, acabem com o corporativismo, e se for contra a ordem dos médicos, força, mas se também tiverem que mudar a legislação dos concursos, que avancem.-----

-----Concluindo disse que não querem mais este discurso “redondo”, querem o problema resolvido, porque não têm cuidados de saúde nem nas Unidades de Saúde Familiar nem no hospital, e querem que, até ao início de construção do novo, o atual seja reparado e que sejam assegurados cuidados de saúde de qualidade aos torrienses, na certeza que é um problema que os une a todos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMEMORAÇÕES DO 48.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL:-----

-----O *presidente de junta de Freguesia de São Pedro da Cadeira, António Alves* pediu a palavra para se referir ao passado dia 25 de Abril, dia em que a freguesia que preside teve a honra e orgulho de receber as comemorações em título.-----

-----Acrescentou que tiveram o prazer de inaugurar o Centro Interpretativo da Reserva Natural Foz Azul, nas antigas instalações do Posto da Guarda Fiscal da Assenta, uma obra muito importante para todo o concelho, para a Freguesia de São Pedro da Cadeira e para a população da Assenta, que sempre viveu e vive ligada ao mar e à pesca.-----

-----Considerou apropriado para comemorar o dia da Liberdade a inauguração deste centro, que resultou de uma importante manifestação de cooperação entre as entidades envolvidas e a população, visando a revitalização de um espaço com história, que se encontrava devoluto e que agora se torna numa referência nesta zona costeira.-----

-----Aproveitou também para agradecer à Joana Camões pela atuação com que os presenteou na sessão solene da Assembleia Municipal, aos escuteiros da freguesia, ao Centro de Acolhimento de São Pedro da Cadeira, ao grupo Bruta Bombos, assim como a todas as pessoas que colaboraram na localidade da Assenta.-----

-----O **presidente da Assembleia** expressou em nome de todos, o agradecimento aos cadeirenses, ao presidente de junta e à sua equipa, pela bela receção e pelo cuidado que colocaram em todas as comemorações do 25 de abril.-----

-----Nesta sua primeira intervenção desta reunião a **presidente da Câmara** aproveitou para dizer que é bom voltar a este espaço, sobretudo porque têm condições para isso, pois ultrapassaram a situação pandémica e hoje vivem numa situação menos gravosa em termos de saúde.-----

-----Relativamente ao 25 de abril fez suas as palavras de agradecimento, acrescentando que foi uma satisfação muito grande ver o contentamento e a boa receptividade dos locais, assim como a preparação cuidada da junta de freguesia e do Centro Social de S. Pedro da Cadeira, para que as festividades tivessem aquelas ótimas condições.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE:-----

-----O *deputado municipal Humberto Gomes* interveio no sentido de informar o plenário que

decorreu no passado dia 6 de abril uma reunião no Centro de Educação Ambiental (CAC), com a Infraestruturas de Portugal (IP), a Plataforma de Runa, a edil e alguns membros da Assembleia Municipal, e nesse sentido o UTV, congratula-se porque da mesma resultou que a IP se comprometeu a construir a passagem superior para substituir a passagem de nível de Runa, construir o apeadeiro nesta fase de eletrificação junto ao parque verde, ficando a passagem pedonal sobre o rio Sizandro a cargo do Município e comprometeu-se a estudar uma nova alternativa para a localização da subestação de tração elétrica, proposta pela Plataforma de Runa, que se situa na base de uma antiga pedreira junto ao forno da cal, na Espera de Runa. -----

-----No que se refere à segunda fase de eletrificação entre Torres Vedras e Caldas da Rainha, deu nota do descontentamento das populações da Abrunheira e do Ramalhal e da Junta de Freguesia que está contra a suspensão das passagens de nível tanto a norte como a sul da estação, assim como pelo não alargamento da passagem inferior junto à estação do Ramalhal. ---

-----Sobre esta questão também se interroga se a IP e a Câmara Municipal sabem que nesta passagem inferior são contabilizadas cerca de 250 passagens diárias de camiões, bem m como está a ser desvalorizada a passagem de nível dos Amiais, junto ao Bairro Rabão em Torres Vedras, de visibilidade reduzida e difícil atravessamento, não percebendo se vai ficar assim sem que seja feita uma passagem superior.-----

-----Nesta sequência questionou o que fez e faz a Câmara Municipal para pressionar a IP para que seja tida em conta a vontade destas populações.-----

-----Disse ainda que é fundamental que a voz do concelho e de seus cidadãos seja valorizada sendo fundamental que nenhum tipo de interesses ou conveniências de circunstancia partidários ou outras ponha em causa o interesse dos cidadãos e o futuro do concelho, tendo sido por isso que os vereadores do UTV propuseram na última reunião do Executivo, a constituição de uma comissão independente de acompanhamento, visando maior informação aos cidadãos sobre as intervenções que vão tendo lugar na linha do oeste e para determinar a estratégia e o posicionamento do concelho face ao Plano Ferroviário 20/30. -----

-----Por último convidou o presidente da Assembleia a promover uma visita a Runa e ao Ramalhal, convocando todo o Executivo, os presidentes de junta respetivos e a Comissão de Sustentabilidade da Assembleia Municipal.-----

-----A **presidente de Câmara** assegurou que têm tido a maior consideração para que se possa resolver a situação de Runa, de acordo com a melhor alternativa para a população, mas também assegurando a construção da linha.-----

-----Deu nota ainda que ficou combinado com a IP, que assim que Runa estivesse resolvida, passaria para a 2.^a fase, em particular o Ramalhal, e estão completamente disponíveis para dar continuidade a esse trabalho, que deve ser de acordo com as necessidades e com o que a

população pretende porque conhece a realidade local. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DO TURCIFAL A VILA: -----

----- O *presidente de Junta de Freguesia do Turcifal, João Carlos Caldeira* interveio no sentido de dar nota que pela Lei nº 62/97 de 12/06 a povoação do Turcifal foi elevada à categoria de vila e assim neste ano de 2022, comemoram 25 anos da vila dos encantos. -----

----- Nesse propósito irão realizar várias atividades, convidando a todos a visitar a vila e os seus encantos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PASSAGEM SUPERIOR DO BAIRRO DA INFESTA: -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* interveio no sentido de lembrar que continuam com as obras de manutenção por fazer na passagem superior para o Bairro da Infesta, sobre o qual andam a falar desde junho de 2021 e que já foi prometida diversas vezes, mas ainda aguarda resolução. -----

----- A *presidente da Câmara* informou que tem sido difícil porque se trata de um trabalho muito técnico, mas agora parece que vai avançar. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BAIRRO ARENES – PAVILHÃO DEVOLUTO: -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo*, assinalou que esta semana teve conhecimento que no Bairro Arenes existe um pavilhão que está devoluto, que já foi vandalizado porque está aberto, questionando se a autarquia tem conhecimento e solicitando que os proprietários fossem notificados para limpar e vedar o espaço para não ter usos indevidos. -----

----- A *presidente da Câmara* disse desconhecer o assunto, mas iria dar indicações à fiscalização municipal para averiguar.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ABRIGOS DE PASSAGEIROS: -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* deu nota que esta semana viu uma empresa substituir o abrigo de passageiro existente, antes de chegar às rações Acral, que era maior, para mais pequeno, não sabe se provisório, mas parece que ficaram mal servidos com a troca.-----

----- Sobre esta questão a *presidente da Câmara* explicou que é apenas uma parte, e vão colocar outro modulo ao lado. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUE DO CHOUPAL – CARTAZES PUBLICITÁRIOS: -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* alertou que no Parque do Choupal, nos pilares da passagem superior, o Bloco de Esquerda colocou dois cartazes aquando da campanha eleitoral,

que a seu ver oferece a utilização mais digna para aquele espaço e a autarquia devia notificá-los em conformidade. -----

---- A **presidente da Câmara** tomou nota para informar os serviços nesse sentido. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CERTIFICAÇÃO DOS PASTEIS DE FEIJÃO:-----

---- O *deputado municipal* **António Carneiro**, interveio no sentido de questionar o ponto de situação do processo em título, pois considera incompreensível que esteja a decorrer desde o mandato anterior, entregue a uma pessoa que pelos visto é altamente incompetente, inquirindo se ainda está a seu cargo, até porque sabe que com base no regulamento da União Europeia n.º 1151/2012 a certificação pode fazer-se *on-line*, e que, pela demora, seria inexplicável outra localidade certificar os pasteis de feijão. -----

---- Também sobre esta temática pronunciou-se o *deputado municipal* **Pedro Castelo** para questionar há quanto tempo dura este processo, quando se iniciou, qual o montante despendido e ainda quanto recebeu por conta deste procedimento, a pessoa referida pelo deputado municipal António Carneiro.-----

---- Deste processo a **presidente da Câmara** disse saber que a partir de 2011 esteve entregue à Qualifica, com a Eng.ª Ana Soeiro. Acrescentou que a marca está registada desde 2011, e que o processo, nesta altura, está no Ministério da Agricultura, a aguardar o reconhecimento como IGP (Indicação Geográfica Protegida). -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TERMINAL RODOVIÁRIO:-----

---- A *deputada municipal* **Marta Gerales** expressou os seus parabéns por o terminal já estar a funcionar.-----

---- Lembrou que ao longo dos anos foi uma voz ativa pela falta de condições que apresentava por ser provisório, acreditando que agora têm uma infraestrutura que corresponde, não só às expetativas, mas igualmente às necessidades dos cidadãos, privilegiando o futuro, até porque há uma tentativa nacional e mundial de os transportes públicos serem tendencialmente gratuito, ou com valores muito mais baixos, pela descarbonização. -----

---- A **presidente da Câmara** agradeceu as palavras, esclarecendo que optaram por aproveitar as férias escolares para fazerem a mudança mais facilmente, e que têm recebido comentários muito positivos do espaço cuja inauguração será breve.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LEI Nº 39/2021 DE 24/06 – CRIAÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DE FREGUESIAS – ANTIGA FREGUESIA DE MATACÃES:-----

---- O *presidente de junta de freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães*, **David Lopes**,

começou a sua intervenção por referir que, tendo tomado posse no dia 15 de outubro de 2021, ainda não tinha tido o privilégio de participar numa sessão da Assembleia Municipal no edifício dos Paços do Concelho, o que muito lhe agrada. -----

---- Depois, no seguimento da sua intervenção na sessão de fevereiro, disse que vinha dar conta dos desenvolvimentos do processo de auscultação à população de Matacães, para apurar a sua vontade, ou não, de desagregação desta antiga freguesia, que se realizou na semana de 21 de 27 de março de 2022. Na mesma contaram com uma adesão de 64,5 % do total de eleitores, ou seja, dos 879 eleitores existentes no território, foram obtidas 567 respostas, distribuídas do seguinte modo: 531 a favor da criação da freguesia (93,95%), 21 contra a criação da freguesia e 15 não responderam.-----

---- Deu nota ainda que na próxima sexta-feira, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães reunirá ordinariamente na sede da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa da Orjariça, na qual irão novamente em conjunto articular a melhor forma de prosseguir com o processo, contando convocar uma sessão extraordinária para junho e remeter nessa altura o processo devidamente instruído a esta Assembleia para a devida deliberação.-----

---- Afirmou ainda que os compromissos que a Junta de Freguesia assumiu com a população residente na antiga Freguesia de Matacães são para cumprir, independentemente do desfecho deste processo, sendo exemplo disso as diversas intervenções que têm vindo a realizar ali, como no recém requalificado Largo da Oliveira.-----

---- Aproveitou para manifestar a sua satisfação, por verificar o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal em situações importantes na freguesia que preside, como a do edifício contíguo ao Mercado Municipal, assunto que está na ordem de trabalhos de hoje, bem como do desvio do Coletor de Águas Pluviais na localidade do Sarge, cujo procedimento de contratação se encontra a avançar, esperando o início das obras para breve.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ANTIGA FREGUESIA DA MACEIRA: -----

---- O *presidente da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, Nuno Cosme*, também pediu a palavra para dar nota do processo que iniciaram na freguesia que preside com vista à desagregação da antiga freguesia da Maceira, para o qual auscultaram a população, tendo obtido 1001 assinaturas, entre 1600. Também auscultaram todas as associações da freguesia e assim dentro da lei habilitante, o Executivo da Junta, por unanimidade, decidiu continuar o processo. ----

---- Realizaram ainda no dia 30 de março uma Assembleia de Freguesia para pronuncia dos eleitos locais, onde foi votada por unanimidade essa intenção e durante o presente mês irão entregar todo o processo à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal, para então passar à 2.^a fase que será a Assembleia da República para que a vontade das pessoas desta vez seja ouvida.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE: -----

-----A *deputada municipal Andreia Caldas*, deu nota que o UTV foi recebido pela área da juventude da autarquia, onde apresentaram propostas, tendo sido uma reunião muito positiva e que os deixou com alguma expectativa em relação ao próximo Conselho Municipal da Juventude, para que realmente possam continuar a ser desenhadas políticas de juventude ativas do concelho.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Teve início o período da Ordem do dia.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

-----O *Presidente da Mesa* colocou à votação a ata n.º 1 de 24 e 25 de fevereiro do corrente ano, que foi aprovada por unanimidade por todos os membros presentes.-----

----- De seguida e antes de dar início à discussão dos pontos agendados, informou que os serviços rececionaram no domingo duas moções, fora da hora regimental, mas tendo em consideração o feriado e não assumindo como precedente para o futuro, colocou à consideração do plenário, que aceitou, por unanimidade a sua apreciação no ponto 16 da ordem de trabalhos. -----

----- Fazendo uso do art.º 55, n.º 2 do Regimento, também colocou à admissibilidade a inclusão na ordem de trabalhos do pedido da Presidente da Câmara, aprovado pelo Executivo na reunião que teve lugar no dia anterior, para autorização da repartição de encargos da despesa plurianual para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para diversas instalações municipais, a ser discutido a seguir ao ponto 15, o que obteve a anuência de todos os presentes. -----

1 – PROPOSTA N.º 9/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2021, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 2010, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18/04/2022, a remeter de conformidade com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 12/04/2022, aos documentos em título.-----

----- Para uma breve nota foi dada a palavra à *presidente da Câmara*, que referiu que assistiram a uma execução de receita na ordem dos 108% face ao inicialmente orçado, dos quais 34% são provenientes dos impostos diretos, ou seja cerca de 25,5 milhões, sendo o IMT o imposto que teve uma subida mais expressiva.-----

-----As transferências do orçamento estado correspondem a 20% da receita cobrada, as da educação a 11% e das candidaturas a cerca de 8% do valor total. Nas transferências correntes o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) aumentou no valor de 417 mil euros, e o mesmo relativamente à participação fixa no IRS em cerca de 378 mil euros.-----

----- Referiu ainda que a execução da receita cifra-se na ordem dos 96%, a execução da despesa

realizada em 96% ou seja do montante de €65.906.633,00, €65.200.180,00 foi pago, e evidenciou, como habitualmente acontece, que as despesas com pessoal são cada vez são mais significativas e correspondem neste exercício a 31% do total da despesa realizada, mais concretamente devido ao pessoal afeto à educação, que implicou o aumento do número trabalhadores desde 2019, que per fez em 2021, 1111 pessoas. Para além disso também houve atualização das bases remuneratórias que originou valores mais significativos, pelo que, a seu ver, esta despesa não pode consubstanciar um fator para analisar as contas. -----

---- Anotou que a aquisição de bens e serviços corresponde a 24% do total da despesa realizada, e a aquisição de bens de capital a 23% e que se verifica a regra de equilíbrio orçamental com 6 milhões euros de folga e o resultado do período é positivo registando €507.069,51, ainda que inferior em cerca de €1.604.000,00 a 2020, um resultado influenciado pelo início da inventariação das estradas nacionais e municipais e caminhos municipais.-----

---- Nesse propósito deu nota que esta inventariação (67 milhões de euros) teve um impacto muito expressivo relativamente ao valor das depreciações do exercício. Evidenciou ainda que foi um procedimento muito importante que iniciaram porque tinham, em termos patrimoniais uma situação desenquadrada, e que era uma limitação apontada pelo ROC. -----

--- A *deputada municipal* **Marta Geraides** iniciou a sua intervenção expressando em nome do Grupo Municipal do PSD, os parabéns aos técnicos da Câmara Municipal, pelos documentos de prestação de contas apresentados. -----

---- Salientou, no exercício em apreço, que o resultado líquido em 2021 é positivo em cerca de 505 mil euros, mas inferior a 2020 em 1,6 milhões de euros, há aumento dos gastos em 5,1 milhões euros, principalmente em amortizações e depreciações, pessoal e fornecimentos e serviços externos. -----

---- Acrescentou que o ativo do Município, sofreu um acréscimo de 65 milhões de euros, devido à inventariação das estradas e caminhos municipais, o que acarreta um impacto bastante grande no património da autarquia e o passivo diminuiu cerca de 3.4 milhões de euros, mas a dívida a fornecedores cresceu em cerca de 607 mil euros. As receitas do município ascenderam a 74, 8 milhões de euros, sendo que os impostos diretos no valor de mais de 25,5 milhões de euros, representam 34% do orçamento.-----

---- As receitas fiscais continuam a constituir a principal fonte de financiamento da atividade municipal, sendo a receita corrente de 47% e correspondente a cerca de 307 euros por habitante.

---- Referiu também que o recebimento de impostos diretos acima do orçamentado neste ano em análise cifra-se em 4,3 milhões de euros, assim distribuídos: 4 milhões de euros em IMT, 424 mil em IMI, 142 mil euros em IUC, 21 mil em derrama e mais de 1400 euros de contribuição autárquica. -----

-----Para além das receitas fiscais, as transferências provenientes do orçamento de Estado constituem um importante grupo de receitas fiscais em 2021, correspondendo a cerca de 20% de receita cobrada, entre elas o FEF, a participação fixa no IRS e o pessoal não docente das escolas.

-----Especificou que de 2020 para 2021 há 474 mil euros de dívida lançada e não paga e que 92% do total das despesas realizadas pelo município reporta-se a pessoal, 30% a aquisição e bens e serviços e 23% a aquisição de bens de capital e transferências correntes.-----

-----Particularizou que as despesas de investimento em 2021 apenas corresponde a 2% dos gastos do município, ou seja, em 65 milhões de euros, apenas 15 milhões foram canalizados para investimento, dos quais cerca de 4 milhões foram destinados a arruamentos, pontes muros estradas e caminhos do concelho, isto quando, segundo o anterior presidente da Câmara teriam de gastar no futuro na rede viária, 100 milhões de euros, ficando assim a faltar mais 90 milhões de euros.-----

-----Anotou ser notório que em 2021 uma grande maioria das rubricas do orçamento tiveram uma execução muito próxima dos 100%. Em termos de investimento a execução financeira ficou abaixo do esperado, com 77% na aquisição de bens de capital e de 85% nos passivos financeiros que resultou no atraso da execução das obras públicas, por razões de COVID-19 e pela falta de mão de obra no setor da construção civil, que tem atingido todas as obras do município.-----

-----Observou que, como a edil mencionou, o Município cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, os indicadores económicos/financeiros de solvabilidade, autonomia financeira dependência financeira e liquidez geral e prazo médio de pagamentos estão de boa saúde, apenas o prazo médio de pagamento aumentou de 12 para 16 dias.-----

-----Neste sentido do PSD, irá optar pela abstenção pelos seguintes motivos: a forma global de saúde financeira, apresentada é positiva, mas não se revêem nas opções políticas tomadas pelo Executivo, e o Município continua a não ter todo o património valorizado nas contas. Acresce o agravamento de 2020 para 2021 do resultado líquido e aumento das dívidas a fornecedores, as receitas crescem, uma vez mais, nomeadamente receitas fiscais, pelo que podiam ser mais ambiciosos, na redução do IMI e outros impostos para as famílias torrienses como tem sido defendido pelo PSD ao longo dos últimos anos.-----

-----Reportando-se ao relatório da rede viária, no que se refere ao quadro classificativo por níveis de manutenção e por estado de conservação, que resulta do acompanhamento e experiência de mais de 20 anos dos técnicos que seguem a manutenção e requalificação da rede viária, o *deputado municipal Pedro Castelo* questionou se a estrada liga Porto Rio a A-dos-Cunhados, de nível I - via municipal estruturante - e curiosamente a única considerada muito precária, já tem previsto alguma obra de intervenção.-----

-----O *deputado municipal Rui Estrela*, indicou que a bancada do UTV irá abster-se em

consonância com a posição dos vereadores no Executivo, e que este sentido de voto se deve ao facto de não terem estado presentes na discussão do orçamento de 2021 e de não terem acompanhado a sua execução.-----

----Aproveitou para apresentar a seguinte proposta relativamente à forma não quanto ao conteúdo e que se transcreve na íntegra:-----

----“FORMA DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS E ORÇAMENTO:-----

----Em dezembro passado, a propósito da apresentação do Orçamento de 2022 e Grandes Opções do Plano, solicitámos que o executivo passasse a apresentar contas com recurso a informação gráfica sintética e com análise comparativa histórica dos números, visando apoiar os cidadãos a conhecer as principais rubricas das contas sem terem que mergulhar em inúmeros documentos com informação técnica de difícil interpretação para os munícipes menos habituados a fazê-lo, ou em necessários mas longos relatórios redigidos pela gestão.-----

----O propósito desta recomendação era o de aproximar todos os torrienses da gestão autárquica e grosso modo, informar sobre a necessidade e aplicação dos impostos e taxas que todos pagamos para um bem comum.-----

----O grupo parlamentar Unidos por Torres Vedras, tem como certo que: somos deputados de uma assembleia que representa os torrienses não os substituímos; fomos eleitos para defender os interesses do Município, essa defesa faz-se com informação e conhecimento na posse de todos os cidadãos; todos os munícipes têm o direito de saber como são aplicados os impostos e taxas que pagam, compete aos órgãos autárquicos e em especial aos executivos prestar essa explicação e justificar publicamente o racional dessas opções.-----

----É nossa convicção que é hora de o Município evoluir nos momentos de orçamentação e prestação de contas, e até nos momentos de definir estratégias municipais.-----

----Propomos que nesta matéria:-----

---- 1) uma nova prática de gestão deve ser iniciada: de forma aberta e esclarecida, os executivos têm que assumir a obrigação e a responsabilidade de prestar contas a todos os torrienses e não apenas a quem os representa nos órgãos autárquicos;-----

----2) a prévia apresentação pública sob a forma de conferência de imprensa dos momentos importantes da gestão é imprescindível para motivar a mobilização da comunidade.-----

----A política é para todos, por isso, deve fazer-se para todos.-----

----Com a presente proposta, pretendemos que os executivos encontrem futuramente uma forma de comunicar os elementos relevantes das contas do Município, fazendo-o não apenas com a discussão dos documentos tradicionais nos órgãos municipais, mas também previamente junto da comunidade em geral, por via da comunicação social e também por outros canais ao dispor do Município, com o intuito de permitir veicular uma informação entendível aos olhos de todos os

cidadãos, desejavelmente sintética e infográfica. Isto porque estar mais próximo de todos é uma obrigação dos órgãos autárquicos.”-----

-----A propósito do proposto pelo UTV a **presidente da Câmara** comentou que neste momento estão a fazer a apresentação das contas, nos termos legais, com todos os documentos obrigatórios e não a produzir informação que seja fácil e transparente para a população como refere a proposta. -----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio*, começou a sua intervenção por referir que o Grupo Municipal do PS, está esclarecido com as explicações dadas pela presidente da Câmara relativamente às contas da Câmara Municipal e como contas são contas, estas referem de forma quantitativa as opções espelhadas, as grandes opções do plano e o orçamento, que aqui aprovaram.-----

-----Acrescentou que os resultados são positivos, apesar de ser resultado de um ano atípico, ainda em pandemia e com todos os constrangimentos que as contas de uma instituição têm nessas circunstâncias, mas ainda assim o passivo diminuiu, o ativo teve um acréscimo, e aumentou-se o património líquido da autarquia.-----

-----Reafirmou que as contas estão certas, equilibradas e são positivas, não percebendo como se consegue votar contra umas contas tão certas, equilibradas e positivas.-----

-----Perante o descrito a bancada do PS vai aprovar este relatório e contas, porque elas espelham aquilo que foram as opções apresentadas para o ano de 2021. -----

-----Pediú ainda a palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, para realçar alguns resultados, desde logo que os impostos diretos pagos pelos torrienses perfazem cerca de 21 milhões de euros, num total de 75 milhões de euros de receita realizada. -----

-----Sabem que em termos de empréstimos têm uma margem de 18 milhões de euros neste momento, mas têm 46 milhões de euros contratualizados quando no ano passado eram cerca de 1,3 milhões, o que considerou ser uma preocupação a ter em conta no futuro. -----

-----Manifestou ter alguma dificuldade este ano, em separar contas dos SMAS e Câmara Municipal por causa dos resíduos, e como as contas dos SMAS estão negativas a análise poderia ter sido feita de outra forma para poderem ver o efeito negativo num lado e positivo no outro.-----

-----Acha que as estradas ao entrarem em imobilizado, no valor de 67 milhões de euros, criaram um problema, porque todos os índices tornaram-se fantásticos, e o ativo aumentou provavelmente derivado a não haver um comparativo direto com o ano anterior. -----

-----Manifestou também algumas dúvidas com a avaliação das estradas, a qual gostaria que tivesse sido elaborada com uma visão mais fina. -----

-----Por último frisou que o que expôs não invalida que as contas estejam certas, mas a política subjacente é a da maioria PS, e o PSD faria diferente daí o seu sentido de voto.-----

-----Para clarificar que a sua intenção o *deputado municipal Rui Estrela* pediu novamente a palavra, dizendo que não está em causa o momento formal, mas um acréscimo a isso, ou seja que num momento prévio todos os torrienses tenham acesso a essa informação, pois acha que informar é envolver, obviamente disponibilizados de uma forma que facilite esse envolvimento, porque se forem estes documentos é indiferente. -----

----- Concluídas as intervenções foi dada a palavra à **presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos, assim: -----

----- Relativamente à questão da estrada de A-dos-Cunhados colocada pelo deputado municipal Pedro Castelo, informou que a opção foi pavimentar na totalidade em 2022. -----

----- Ainda sobre as estradas e quanto aos critérios avaliativos esclareceu que há uma base legal inerente à classificação e sobre a questão dos 100 milhões de euros, explicou que o anterior presidente de câmara referia-se ao valor para todas as vias do concelho serem recuperadas e ficarem ótimas, assegurando que as intervenções nas estradas constam do programa do PS, estão programadas e orçamentadas e estão a ser feitas anualmente. -----

----- Não se registaram mais intervenções tendo o presidente da mesa colocado o ponto à votação:

----- A Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, maioria de 23 votos a favor e 14 abstenções, por aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2021, do Município de Torres Vedras. -----

----- Anota-se que se abstiveram Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Andreia Caldas, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António Bastos, Ana Fiéis, José Damas Antunes, Marco Branco, Carlos Filipe e Pedro Castelo. -----

2 – PROPOSTA N.º 10/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES, DO ANO DE 2021, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO: -----

----- Presente ofício número 2010, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18/04/2022, a remeter de conformidade com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 12/04/2022, aos documentos em título. -----

----- Fazendo uma breve apresentação das contas em discussão a presidente da Câmara começou por dar nota que a execução global do PPI foi de 66%, que traduz uma maior taxa de investimento no saneamento, em cerca de 82%, com 61% na água e 22% nos resíduos. -----

----- Especificou que o exercício de 2021 apresenta um resultado operacional negativo, de € 616,171,00 que traduz o diferencial entre o resultado positivo de €292.436,00 nos serviços da água, e de €301.339,00 nos serviços de saneamento, e do resultado profundamente negativo nos resíduos, no montante de €1.201.457,00. -----

-----Referiu ainda que o grande peso para os valores negativos na área dos resíduos sólidos, dizem respeito, por um lado ao aumento da taxa cobrada pela Valorsul para a tonelada de resíduos, onde passaram de 22 euros/tonelada para 36, que perfaz cerca de 500 mil euros e por outro lado influenciado pelos gastos indiretos com esta área. Acresce também o subsídio de penosidade e insalubridade, não previsto em orçamento, passarem a ter mais 6 novos trabalhadores que foram integrados no quadro, e ainda o aluguer operacional de viaturas de recolha necessários para garantir o serviço. -----

-----Continuou informando que a dívida de clientes aumentou em 413 mil euros, relativamente a 2020, motivado pelo facto, de praticamente não ter havido cobrança e cortes no fornecimento nos dois anos da pandemia, situação que está a começar a ser regularizada, embora tenham consciência que vai ser difícil para algumas famílias. -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* salientou que na sua intervenção anterior falou da dificuldade em avaliar as contas dos SMAS, precisamente com a integração em junho de 2020 nos SMAS da componente resíduos sólidos, e agora com a explicação da presidente da Câmara ficou preocupado com esta questão do aumento do valor por tonelada que se paga à Valorsul. -----

-----Desde sempre nunca houve uma preocupação excessiva do PSD com as contas dos SMAS, e neste momento acha que não podem ser repentistas e dizer que tudo tem que mudar, contudo terão de as avaliar de forma diferente para tentar perceber. -----

-----Assim, questiona-se se aquele estudo, que “pintou” tudo de fantástico, foi devidamente elaborado, interrogando-se se na altura não se perspectivava este aumento, que certamente não surgir de um momento para o outro. -----

-----Reforçou que têm que tentar perceber se este serviço estivesse na Câmara Municipal daria ou não este prejuízo, mas de qualquer forma não podem refletir este aumento do custo por tonelada de resíduos na fatura dos torrienses, pois fará com que a mesma seja exorbitante. Não pondo em causa sequer a qualidade das contas nem dos técnicos, pelo menos em relação ao estudo sente-se enganado, pois o mesmo perspectivava que iriam só ter economias de escala e agora de repente têm 600 mil euros de prejuízo, e o facto de ser a unidade de resíduos sólidos a promover o prejuízo, é um indicador e assim, esta temática carece de uma análise fina, tem que ser melhor pensada, têm que perceber se foram enganados ou se o panorama mudou e ninguém sabia. -----

-----O *deputado municipal Jorge Santos*, assinalou desde logo que o UTV considera que foi um grave erro estratégico a passagem dos resíduos sólidos da Câmara Municipal para os SMAS, e o sentido de voto deste movimento cívico em relação aos documentos em discussão será contra. ---

-----Disse que não importa nesta fase andar à volta da questão se mantinha ou não o mesmo prejuízo caso estivesse na Câmara, porque nesta fase o que está em causa é que o estudo foi a base para a alteração, que previa contas equilibradas, com uma margem de erro e redução de

custos, num investimento de 40 milhões de euros em 15 anos, nos primeiros anos na ordem dos 20 milhões e que as tarifas apresentadas poder-se iam manter durante 15 anos, sendo esta uma pedra basilar que determinou esta alteração. -----

----Dizia ainda este estudo que as eficiências geradas nos últimos anos permitiram baixar as tarifas entre 2015 e 2018, e que os SMAS não tinham créditos e possuíam depósitos em montante superior a 6 milhões de euros, o que evidenciava uma excelente capacidade de financiamento das atividades.-----

----Os resultados do estudo também previam, mantendo-se os níveis das tarefas em vigor, resultado positivos desde o primeiro ano de atividade no montante de aproximadamente de 143 mil euros, que evoluiria positivamente até atingir cerca de 3,8 milhões de euros no final do período de projeção de 15 anos.-----

---- Todavia, mau grado estes pressupostos a realidade é bem diversa e o resultado do 1.º ano completo de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) nos SMAS é negativo no valor de €616.171,01 quando o estudo ao invés apresentava sempre resultados positivos e crescentes. ----

---- Assim, lembrou que em 9/11/2021 o Executivo aprovou, com os votos contra do UTV, a revisão do tarifário para 2022, onde foi proposta a atualização da tarifa da água num aumento de 0,9% e o aumento da tarifa dos RSU para 25%, quando o estudo referia que não haveria aumento de tarifas ao longo do processo. Para além disso a taxa de cobertura era de 69%, o estudo apontava então para uma taxa de 107%, ou seja, receitas maiores que a despesa.-----

---- No relatório e contas de 2021 é apresentado o resultado operacional das 3 atividades: água com resultado positivo de €292.436,69, saneamento com resultado positivo de €301.339,00 e RSU negativo de €1.210.456, 89, posto o que, fácil será prever, as consequências desta opção, que na perspetiva do UTV, vai ser desastrosa.-----

---- Pensa que por um lado vão ter um contínuo aumento das tarifas de RSU e conseqüentemente determinar que os torrienses continuem a pagar mais do que aquilo que já pagam, por outro lado, vão ter uma injeção sistemática de capital por parte da Câmara Municipal nos SMAS pelo que nesta altura entendem que deveria haver uma reversão desta decisão, que é a única forma capaz de salvar a gestão eficaz que esta empresa municipal já outrora teve e a única forma de servir seriamente os cidadãos.-----

---- Aludindo à questão dos resíduos e aos problemas já levantados no que se refere ao custo de tonelagem de deposição dos indiferenciados em aterro, a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho*, acrescentou que os cidadãos foram confrontados com o aumento de 25% da taxa sem que houvesse simultaneamente condições, quer de sensibilização, disponibilização de contentores, novas soluções e outras que possibilitem mais e melhor recolha seletiva de resíduos, e isso se for feito possibilitará baixar os custos dos indiferenciados e também terão melhor

desempenho económico e ambiental.-----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* relativamente à decisão estratégica de ser ter passado os RSU para os SMAS, disse que o Grupo Municipal do PS considera que foi uma boa opção e não percebe que o retrocesso desse processo pudesse anular 2 valores, que se estivessem anulados nada disto acontecia, referindo-se concretamente ao aumento do valor por tonelada que se paga à Valorsul, que representa os tais 500 mil euros, assim como, o outro valor que resulta diretamente deste tempo de pandemia, que é a enorme dívida de clientes. Prosseguiu indicando que só estes dois valores somados perfazem quase 1 milhão de euros, e se não houvesse o citado aumento e a tal dívida, não existia aqui este valor, mas que aconteceria quer a gestão estivesse nos SMAS, quer na Câmara Municipal. -----

-----Assentiu que estão de facto confrontados com o incremento do valor que a Valorsul impôs, e sabe que o estudo não tinha em conta este brutal aumento e que também não estaria lá este aumento dos valores em dívida dos clientes aos SMAS, questão que será gradualmente resolvida, ainda que, muitos destes clientes não terão capacidade de encontrar soluções para esse efeito.---

-----Quanto ao aumento do valor da tonelada, receia que não fique por aqui, e importa encontrar soluções para mitigar estes aumentos. -----

-----Terminou frisando que as contas uma vez mais estão certas, têm de facto um resultado negativo, mas o PS votará a favor, com o quesito de que têm de encontrar soluções para estas duas questões que são aquelas que irão pesar no futuro dos SMAS.-----

-----O *deputado Municipal Pedro Castelo*, na senda do que foi proferido sobre as contas serem certas, disse que contas são contas e contas negativas são contas negativas, e se contra factos não há argumentos, contra números também não.-----

-----Nesta sequência, considerou importante nesta fase salientar o preocupante resultado negativo, que o CDS-PP irá acompanhar com redobrada atenção nos próximos tempos, e também o facto de, tendo sido uma opção política feita pelo Município, integrar os RSU nos SMAS, baseada num estudo, que talvez não tivesse todas as variáveis em conta, mas que é legítima considera, no entanto, extremamente prematuro estarem a falar num retrocesso, ou de estarem a reavaliar a opção passado um ano de atividade.-----

-----Reafirmou que a pior coisa que poderia acontecer ao Município de Torres Vedras seria uma política de ziguezague, mediante um primeiro resultado que infelizmente é negativo e assim irá se abster, mas ficará atento aos números da gestão do próximo ano. -----

-----Tomou de seguida a palavra a *Presidente da Câmara* em primeiro lugar para subscrever esta posição do deputado municipal Pedro Castelo, porque é exatamente aquilo que pensa, ou seja, não podem enveredar por políticas de ziguezague, para além do que, durante este ano de foi feita monitorização desta atividade, com indicações positivas de melhoria e de mais eficiência, o era

expetável acontecer, porque passaram a ter uma equipa mais dedicada numa estrutura mais pequena. -----

-----Especificou que os valores para a recolha vão ser sempre valores substanciais, tendo em conta a importância da sustentabilidade e do ambiente nesta área. -----

-----No que concerne à separação seletiva, o Município de Torres Vedras está a fazer o caminho para incrementar esta vertente, por forma a não onerar em termos de quantidade, os resíduos indiferenciados que chegam à Valorsul assim como os biorresíduos que acarretam custos muito significativos, pois esta recolha implica que haja mais pessoal afeto, pelo que está ciente que esta não é uma questão fácil de gerir em termos financeiros, nem neste município nem sítio nenhum. --

-----Chamou a atenção para o facto de em termos de contas consolidadas do grupo municipal (Câmara Municipal, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Promotorres, E.M.) a despesa acabar por ser a mesma, quer os RSU estejam nos SMAS ou na Câmara Municipal. Acrescentou que de facto os SMAS passaram a ter um resultado negativo, mas não foi a primeira vez, tendo já ocorrido em 2003 e 2014, nessa altura por causa do saneamento, mas do qual recuperaram e foi assunto esquecido de tal modo que anualmente as suas contas eram elogiadas, sendo exatamente o que espera que venha a acontecer. -----

-----A Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 22 votos a favor, 5 abstenções e 10 votos contra, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2021, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que se abstiveram José Damas Antunes, Marco Branco, Carlos Filipe e Pedro Castelo e Pedro Vaza, e votaram contra Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Andreia Caldas, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António Bastos e Ana Fiéis.-----

3 - PROPOSTA N.º 11/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2022 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 2013 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18/04/2022, a remeter a revisão em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo em 12/04/2022 e atentas as competências deste órgão deliberativo nesta matéria. -----

-----A **presidente da Câmara** assinalou que a revisão em apreço, visa a criação e dotação de rubricas que não estavam contempladas anteriormente no orçamento. -----

-----Não se registaram intervenções, passando-se de imediato à votação. -----

-----A Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12/09, deliberou por unanimidade, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2022 do Município de Torres Vedras.-----

4 - PROPOSTA N.º 12/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO PPI E AO ORÇAMENTO DA RECEITA/DESPESA PARA O ANO DE 2022 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

-----Presente ofício n.º 2012 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18/04/2022 a remeter, de a revisão em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo em 12/04/2022 e atentas as competências deste órgão deliberativo nesta matéria. -----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que se trata da inclusão de alguns valores nomeadamente para reforço da rubrica para aquisição dos combustíveis, cuja despesa em 2022 terá valores muito diferentes dos habituais por causa dos veículos pesados.-----

-----O *deputado municipal Jorge Santos* questionou se esta revisão já está a prever uma injeção de capital por parte da Câmara Municipal para o corrente ano. -----

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que visa apenas a utilização do saldo de gerência.-----

-----A Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12/09, deliberou por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão ao PPI e ao Orçamento da Receita/Despesa para o ano de 2022 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

5 – PROPOSTA N.º 13/CM/2022 - APROVAÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS E A PROMOTORRES, EM. PARA A GESTÃO DO MERCADO MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025:-----

-----Presente ofício número 2009 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18/04/2022, a remeter, de acordo com o deliberado pelo Executivo em 12/04/2022, a minuta do contrato programa em título, tendo presente as competências do órgão deliberativo nesta matéria. -----

-----A **presidente da Câmara** informou o contrato-programa celebrado com a Promotorres, E.M. em 29 de janeiro de 2018 teve o seu termo em 31 de dezembro de 2021, mantendo-se, todavia, os pressupostos que determinaram a sua celebração, pelo que será de celebrar novo contrato programa com a empresa municipal, mantendo os mesmos valores, as mesmas funções, no fundo replicando o anterior. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* tendo em conta as recentes declarações da edil relativamente ao futuro desta empresa municipal e pelo facto de ser um contrato para 4 anos, questionou se pode ser alterado ou revogado durante a sua vigência, se era oportuno replicá-lo, e ainda se já se prevê eventuais alterações ao mesmo e ao modelo de gestão, também tendo em conta a autarquia já ter tornado público a necessidade de estudo profundo para a revitalização e reorganização do modelo e gestão e de exploração da Promotorres, E.M e que implicações poderá alguma alteração ter na transferência de verbas para esta empresa municipal. -----

-----O *deputado municipal Ilídio Santos* anunciou que o UTV irá votar a favor, tendo em atenção

a conversas que teve com alguns dos operadores e pelo trabalho de dinamização que a Promotorres tem feito neste equipamento, contudo a gestão deixa-lhes algumas reticências e mesmo sabendo que está a decorrer um estudo, face às dúvidas que a presidente de Câmara manifestou na reunião do Executivo em S. Pedro da Cadeira, gostariam de saber qual o caminho que tem delineado para esta empresa municipal.-----

----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* também se pronunciou, dando particular realce ao facto de nada ter contra a gestão da Promotores nem contra o seu Conselho de Administração que obedece a políticas definidas pela Assembleia-geral que é composta pelos membros do órgão executivo do acionista único, o Município de Torres Vedras. -----

----Acrescentou não estar tão certo que tudo o que está no Mercado Municipal esteja bem, não obstante terem sido levadas a cabo algumas tentativas de dinamização, porém continuam a existir bancas por ocupar e o edifício tem vícios de construção graves por resolver. -----

----Disse também que as declarações da presidente de Câmara não são novas, mas quanto ao contrato em apreço, até ver, não há razões para o PSD não votar a favor. -----

----Relativamente às questões colocadas a *presidente da Câmara*, esclareceu que não podiam deixar um vazio no que se refere à gestão, exploração e manutenção deste equipamento, pelo que tinham que avançar com este contrato-programa, independentemente do estudo que está a ser feito, mas que o mesmo pode ser revogado, conforme preceitua o art.º 10.º do contrato em apreço.-----

----Prosseguiu assegurando que nunca escondeu que achava que a Promotorres precisava de uma reestruturação, sendo dúvidas que tem há anos, tendo inclusive achado estranho as reações às suas declarações em S. Pedro da Cadeira. Disse ainda que a empresa está a funcionar, mas identificaram alguns pontos críticos e querem que funcione da melhor forma e preste o melhor serviço à população, o que nada a ver com o seu Conselho de Administração nem com os colaboradores. -----

----Assim decidiram solicitar um estudo, que dê algum suporte às eventuais alterações a fazer que seja credível e que os oriente e ajude a tomar decisões. -----

----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou à votação do assunto:-----

----A Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31/08, na sua atual redação, deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar entre o Município de Torres Vedras e a Promotorres, EM, para a gestão do mercado municipal, para o período de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025. -----

----Anota-se que se absteve Pedro Castelo.-----

6 – PROPOSTA N.º 14/CM/2022 - AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE

PERMUTA DE LOTES DE TERRENO JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL E FRAÇÃO AUTÓNOMA DESTINADA A SERVIÇOS PÚBLICOS A CONSTRUIR, ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS E GOIAB, LDA.:-----

-----Presente ofício n.º 2015, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18 de abril de 2022, a dar conhecimento que em sua reunião de 12/04/2022, deliberou, por unanimidade, nos termos da al.) ccc, do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, solicitar autorização à Assembleia Municipal no âmbito da competência desse órgão prevista na alínea i), do n.º 1, do art.º 25.º, da já citada Lei, para a celebração de contrato de permuta com a sociedade comercial designada Goiab, Lda. pessoa coletiva n.º 502.424.060, com sede no Centro Empresarial do FAS, Estrada Nacional 8, 2560-629 Torres Vedras nos seguintes termos e condições constantes da informação datada de 7/04/2022 da Chefe de Divisão Administrativa. -----

-----A **presidente da Câmara** adiantou que este pedido de autorização, vem na sequência da obra ao lado do mercado municipal, que se tornou muito depreciativa para a cidade, apesar das tentativas que foram feitas para resolver o problema ao longo dos anos. -----

-----Deu nota ainda que apareceu uma empresa no processo de insolvência, que foi acolhida por todos os credores e pelo administrador da insolvência, para prosseguir a construção. Da negociação entre todas as partes resultou um contrato de permuta de lotes, por parte do município para que este negócio possa ser feito e se resolva este problema público, que implica a redução de área da fração para a Câmara Municipal, relativamente ao inicialmente previsto em 2010, para a empresa conseguir rentabilizar o negócio. -----

-----Compulsados os documentos que foram disponibilizados o *deputado municipal António Bastos*, começou por lembrar que em março de 2010 a Câmara Municipal fez um contrato de permuta dos 2 lotes com a JMLS, através do qual ficava com uma loja de 1395 m² destinada à Loja do Cidadão e 46 lugares de estacionamento, mas em 13 de abril o empreiteiro fez uma hipoteca dos lotes no valor de 3,5 milhões de euros ao Banco Santander, o que lhe suscita dúvidas porque no negócio da permuta o valor dos lotes tinha que ser salvaguardado e ficar como reserva de propriedade para a autarquia e também não percebe como a 26 de abril foi feita uma hipoteca dos dois prédios a favor do município, passando a haver uma dupla hipoteca. -----

-----Prosseguiu indicando que após a obra estar parada durante muito tempo, a Câmara Municipal deliberou em 31/01/2012 resolver unilateralmente o contrato e tomar posse administrativa dos lotes, decisão que a seu ver, defendeu o interesse público e em fevereiro de 2012 a Câmara Municipal pediu a resolução do contrato de permuta, o cancelamento da inscrição a favor da JMLS e a reversão a favor do município. -----

-----Acrescentou ainda que em 2012 revogou a decisão anterior com a condição de esta celebrar por escritura pública a cessão da posição contratual à Construtores, não percebendo a decisão de

resolver a questão com o 1.^a empreiteiro porque faliu, desde que esta venda à Construtorres, interrogando-se se não haveria mais firmas interessadas. -----

---- Entretanto o pedido de cancelamento dos lotes a favor da JMLS foi aceite e os lotes ficam registados apenas a favor do município, tendo a obra avançado qualquer coisa pela Construtorres que curiosamente não era proprietária dos lotes, mas ficou parada novamente quando esta firma ficou insolvente.-----

---- Nos documentos facilitados percebe que houve contratos de venda em planta, dos apartamentos a particulares, nos quais a Câmara Municipal não foi tida nem achada, nem tinha que ser. -----

---- No ponto em apreciação está uma proposta apresentada pela sociedade Goiab Lda, com o capital social de 5 mil de euros, cujos proprietários anteriores eram Fernando Alves e a Construtorres, para a permuta dos 2 lotes, uma loja de 900 m² e 37 estacionamentos, quando no acordo inicial era 1395m² e 46 estacionamentos.-----

---- Assim, entende que os anteriores Executivos não acautelaram devidamente o interesse público, não só no início do processo, como nas duas hipotecas simultâneas, que obrigou um processo moroso em tribunal, para reverter os lotes limpos a favor da autarquia, e também, não acautelaram o interesse público ao entregar a conclusão da obra diretamente à Construtorres num negócio de mais de 1 milhão de euros.-----

---- Manifestou-se igualmente surpreso, com o facto de agora quererem fazer um negócio com uma firma que teve ligações à Construtorres, além disso, em piores condições do que era inicialmente, e onde os particulares que compraram em planta à Construtorres vão ser prejudicados, interrogando-se que responsabilidade têm a Câmara Municipal nesse negócio, ressalvando que não consta qualquer ónus ou encargo na certidão predial, por isso a autarquia é efetivamente a proprietária dos lotes. -----

---- Insistiu que o processo foi malconduzido, pelos Executivos anteriores, e que ao dia de hoje a Câmara Municipal é proprietária de pleno direito dos dois lotes que valem seguramente mais de 1 milhão de euros, pelo que, se quiser assegurar o interesse público deverá recusar a proposta e iniciar o processo de hasta pública, através do qual pensa que conseguem um valor muito superior ao proposto neste contrato.-----

---- Também o *deputado municipal Pedro Castelo*, interveio, desde logo concordando que o problema com este edifício tem que ser resolvido, mas não compreende a redução de área prevista e também a perda de 9 lugares de estacionamento e ainda lhe causa mais espanto, ter aparecido uma empresa com capital de €5.000,00, que consegue convencer uma Assembleia de Credores a assumir um passivo de €1.070.000,00. Assim tentou recolher informação sobre a Goiab, Lda, tendo constatado que ainda tem ligações ao senhor Fernando Alves e à

Construtorres, a 2.^a empresa a pegar nesta obra, e que por acaso também ficou insolvente, pelo que questionou quais as garantias que existem para levar este projeto a bom porto.-----

-----Sabe que a culpa não é deste Executivo, e muito menos do anterior, que fez tudo para resolver o problema, mas face ao exposto, o CDS-PP vai abster-se, pois estão céticos quanto à capacidade que esta empresa tem para concretizar a obra.-----

-----O *deputado municipal Rui Estrela*, reportou-se à ligação familiar anunciada pelo deputado que o antecedeu, que a ser verdadeira aumenta as reticências que tem em relação ao negócio, embora também concorde que é um problema a resolver a bem da cidade e da sua estética.-----

-----Pegando no diferencial de €91.615,59 resultante dos valores declarados dos bens permutados, assinalou que o valor seria superior porque se valorizarem a €630,00/m² estão a falar de cerca de €350.000,00 de verba que a autarquia vai encaixar como uma perda patrimonial, ou seja, estes valores são diferentes do que está indicado no relatório.-----

-----Nesta lógica, compreendem a necessidade de querer resolver o problema, mas não pode ser a qualquer custo, e se calhar podiam ter sido apurados outros benefícios, pelo que, os UTV por Torres Vedras se vão abster.-----

-----Para responder a algumas das questões teve a palavra a *presidente da Câmara*, que começou por referir que em termos de imagem urge resolver o problema, e mesmo que os lotes valham imenso em hasta pública, a sua avaliação nesta altura corresponde ao facto de ninguém querer pegar naquele prédio no estado em que se encontra.-----

-----Disse ainda ter a informação que há financiamento garantido, pela Caixa de Crédito Agrícola.

-----Por último lembrou que uma fase importante ultrapassada foi o facto de a Assembleia de Credores e o gestor da insolvência terem aceite o negócio.-----

-----Concluídas as intervenções o presidente da Mesa colocou à votação o assunto em discussão:

-----A Assembleia Municipal, no âmbito da sua competência prevista na alínea i), do n.º 1, do art.º 25.º Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 22 votos a favor e 11 abstenções e 4 votos contra, autorizar a celebração de contrato de permuta de lotes de terreno junto ao mercado municipal e fração autónoma destinada a serviços públicos a construir, entre o Município de Torres Vedras e a sociedade comercial designada Goiab, Lda. pessoa coletiva n.º 502.424.060, com sede no Centro Empresarial do FAS, Estrada Nacional 8, 2560-629 Torres Vedras nos seguintes termos e condições:-----

-----A) O Município transmitirá à Goiab, Lda.:-----

-----I. O Lote de terreno para construção com a área de 1.215m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 8625 da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 6389 da Freguesia de São Pedro e Santiago, com o valor patrimonial de € 677.309,53, e o valor atribuído de €391.788,90, sob o qual incide uma

hipoteca registada pela Ap. 4910 de 2010.04.13 favor do Banco Santander, cuja existência a Goiab, Lda., tem conhecimento e a quem incumbe efetuar a respetiva liquidação no ato da escritura publica, ou caso não seja, será o bem transmitido com esse encargo; -----

---- II. Lote de terreno para construção com a área de 977m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 8626 da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 6386 da Freguesia de São Pedro e Santiago, com o valor patrimonial de € 473.466,95 e o valor atribuído de € 315.053,19, sob o qual incide uma hipoteca registada pela Ap. 4910 de 2010.04.13 favor do Banco Santander, cuja existência a Goiab, Lda., tem conhecimento e a quem incumbe efetuar a respetiva liquidação no ato da escritura publica, ou caso não seja, será o bem transmitido com esse encargo; -----

---- B) Em contrapartida o Município receberá da Goiab, Lda., livre de quaisquer ónus ou encargos, uma fração autónoma com a área de 976,55 m² composta por espaço destinado a serviços no rés do-chão e 37 estacionamento, no edifício a construir nos lotes de terreno acima identificados, conforme projeto aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião de 02.03.2022, à qual é atribuído o valor de €615.226,50, e que integrará o domínio privado do Município. -----

---- C) As partes acordam que para efeitos do contrato de permuta consideram os valores atribuídos e resultantes do relatório e avaliação, e que relativamente ao diferencial resultante diferença de valores declarados dos bens permutados, €91.615,59 (€ 706.842,09 – € 615.226,50) não haverá lugar a pagamento do Município à Goiab, Lda., em face das alterações de área da fração que vai receber, efetuando assim o contrato de permuta por igualdade de valores. -----

---- D) Acordam ainda as partes que:-----

---- 1. A Goiab, Lda., deve apresentar os elementos necessários para que o alvará de licença de construção seja emitido no prazo máximo de 4 meses após a celebração da escritura pública;

---- 2. Tendo presente as características do imóvel a edificar, o Município, fixará, como limite para a realização da construção, o prazo de 24 meses, a contar da data da emissão do respetivo alvará de licença de construção, sendo que, a Goiab Lda., se propõe a concluir dentro do prazo de 12 meses, primeiro a obra relativa ao Lote / Bloco 1, no qual se insere a fração autónoma a ceder ao Município e posteriormente a obra relativa ao Lote / Bloco 2;-----

---- 3. Se, por motivos imputáveis à Goiab Lda., a licença de construção não for emitida no prazo previsto em 1) ou se, a obra não for iniciada no prazo de sessenta dias após a emissão do alvará de licença de construção, o Município reserva-se o direito de fazer reverter de imediato a seu favor os dois lotes de terreno, sem direito a qualquer tipo de ressarcimento ou indemnização à Goiab, Lda., ficando esta reserva registada na Conservatória do Registo Predial; -----

---- 4. A Câmara Municipal deverá manter a isenção de taxas devidas por via do licenciamento, construção e/ou emissão de autorização de utilização, à semelhança do que ocorreu no

procedimento inicial, beneficiando a Goia, Lda. das mesmas;-----

-----5. Com a emissão do alvará de construção e por forma a garantir os direitos patrimoniais do Município, a Goiab, Lda., prestará ainda a favor do Município uma caução, na modalidade de garantia bancária, à primeira solicitação, seguro-caução, de valor correspondente à garantia do cumprimento integral dos trabalhos de construção a executar decorrente do alvará de licença de construção. -----

-----Anota-se que se abstiveram Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Andreia Caldas, Marco Branco, Carlos Filipe, Pedro Vaza e José Damas Antunes e votaram contra Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António Bastos e Ana Fiéis. -----

7 - PROPOSTA N.º 15/CM/2022 - AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA DESPESA PLURIANUAL DESTINADA AO ALUGUER OPERACIONAL DE 2 VEÍCULOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS, NOVOS E SEM USO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29/04/2021:-----

-----Presente ofício número 2014 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18/04/2022 a remeter de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 12/04/2022, a remeter o processo em título, a fim de ser revogada a deliberação da Assembleia Municipal de 29/04/2021, que aprovou a repartição de encargos da despesa plurianual destinada, ao aluguer operacional de 4 veículos de recolha e transporte de resíduos urbanos, uma vez que o procedimento de aquisição não avançou em 2021, submetendo-se agora à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos da despesa plurianual, destinada, agora, ao aluguer operacional de 2 veículos, com 18 m3 de capacidade geométrica, equipados com grua montada na caixa RSU e com 20 m3 de capacidade geométrica - com os seguintes valores estimados - Montante global da despesa: € 965.000,00, - 2022: € 80.500,00, e para cada um dos anos 2023 a 2027: € 160.800,00, e 2028: € 80.500,00, acrescendo a todos os valores o IVA à taxa legal em vigor. -----

-----A **presidente da Câmara** explicou que após análise da situação financeira dos SMAS e uma vez que o procedimento não avançou em 2021 como previsto, tendo transitado para o presente ano, o valor disponível foi reduzido para metade contemplando apenas o valor de aluguer operacional de 2 viaturas em vez de 4. -----

-----Não se registaram intervenções tendo o plenário votado de imediato. -----

-----A Assembleia Municipal, revogou por unanimidade a sua deliberação de 29/04/2021 através da qual autorizou a repartição de encargos da despesa plurianual destinada, ao aluguer operacional de 4 veículos de recolha e transporte de resíduos urbanos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei 197/99, de 8/06, na sua atual redação, autorizou por unanimidade, a repartição de encargos da despesa plurianual destinada ao aluguer

operacional de 2 veículos de recolha e transporte de resíduos urbanos, novos e sem uso dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, com os seguintes valores estimados para o montante global da despesa: € 965.000,00, - Ano de 2022: € 80.500,00, para cada um dos anos 2023 a 2027: € 160.800,00, e ano de 2028: € 80.500,00, acrescendo a todos os valores o IVA à taxa legal em vigor.-----

8 – PROPOSTA N.º 16/CM/2022 - AUTORIZAÇÃO PARA A DESAFETAÇÃO DE 777,91M2 DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL E A SUA INTEGRAÇÃO NO PRÉDIO DE ORIGEM, POR ERRO DE MEDIÇÃO CONSTANTE NO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO - REDUÇÃO DA CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO PARA ARRUAMENTO - PROCESSO CT/684/2021 DE PATRÍCIA DUARTE DA SILVA GOMES:-----

-----Presente ofício número 2011, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18/04/2022, a propor de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 12/06/2022, que a assembleia municipal autorize a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 777,91m² inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 8.º, da secção U1 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 185, a fim de permitir a correção de uma cedência ao domínio público efetuada no âmbito do procedimento de licenciamento da construção de uma moradia, que correu termos sob o número OP/112/2016, em nome de Patrícia Duarte da Silva Gomes, a qual foi tomada com base em levantamento topográfico incorreto, tendo sido cedida uma área de 845,91m², quando deveria ter sido cedida uma área substancialmente menor, de 68,00m².-----

-----O **presidente da Mesa**, uma vez que os documentos que instruem o processo, são suficientemente explícitos e não se tendo registado intervenções, passou de imediato à votação: -

-----Atenta a competência da assembleia municipal prevista na alínea q), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a desafetação de 777,91m² do domínio público municipal e a sua integração no prédio de origem, por erro de medição constante no levantamento topográfico - redução da cedência ao domínio público para arruamento - processo CT/684/2021 de Patrícia Duarte da Silva Gomes.-----

9 – PROPOSTA N.º 17/CM/2022 - APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL (DECRETO-LEI N.º 23/2022 DE 14/02 - 1.ª ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 55/2020 DE 12/08):-----

-----Presente ofício número 1617 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/03/2022 a informar que o processo de descentralização de competências no domínio da ação social teve início com a aprovação do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12/08, que concretizou a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais. Nesta sequência, foi

publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17/03, que regula a operacionalização em matéria de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e a Portaria n.º 65/2021, de 17/03, que estabelece os termos de operacionalização em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI).-----

----- Mais informa que a transição destas duas temáticas específicas - SAAS e RSI, representa um acréscimo de competências para o município, que se traduz num aumento substancial do número de respostas existentes em matéria de ação social e que atualmente, a intervenção neste domínio, encontra-se centralizada maioritariamente no Centro de Atendimento Social Integrado (CASI), um serviço do município, criado em 2021 e integrado na Área de Habitação da Divisão de Desenvolvimento Social. Assim, a câmara municipal, em sua reunião de 22/03/2022, tendo por base o teor da informação DDS/AHAB/03-22 de 14/03/2022 da área de habitação, que faz parte integrante do processo, deliberou informar a assembleia municipal que não estão reunidas as condições necessárias para o exercício das competências no domínio da ação social, considerando que estas só deverão ser transferidas a 1 de outubro de 2022, data em que se prevê ter a informação e os recursos necessários à prestação, com qualidade, de um serviço complexo e exigente que impacta diretamente em pessoas e famílias com maior fragilidade e vulnerabilidade.

----- Foi dada a palavra à **presidente de Câmara**, que deu especial realce ao facto de a Câmara Municipal ter aceite todas as outras transferências de competências, mas nesta área da ação social vão prorrogar o prazo até ao final legal permitido, porque os valores envolvidos, são inferiores aos que são necessários para conseguirem cumprir as tarefas acometidas com a transferência de competências, nomeadamente no que se refere aos recursos humanos.-----

----- Não se registaram intervenções, tendo o presidente da Mesa submetido ao plenário o assunto para votação.-----

----- A Assembleia Municipal, tendo em conta a proposta da câmara municipal, tomada na sua reunião de 22/03/2022, de que uma vez que não estão reunidas as condições necessárias para o exercício das competências no domínio da ação social, estas só deverão ser transferidas a 1 de outubro de 2022, data em que se prevê ter a informação e os recursos necessários à prestação, com qualidade, de um serviço complexo e exigente que impacta diretamente em pessoas e famílias com maior fragilidade e vulnerabilidade, deliberou por unanimidade a aprovação da prorrogação do prazo de transferência de competências para o Município de Torres Vedras, no domínio da ação social com efeitos a 1 de outubro de 2022.-----

10 - PROPOSTA N.º 18/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE VOLUNTARIADO “FAZ PARTE – TORRES VEDRAS JOVEM”:-----

----- Presente ofício n.º 1073 de 7/03/2022 a remeter de conformidade com o deliberado, por

unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 02/03/2022, a proposta de regulamento em título, para submeter à apreciação e aprovação por parte desse órgão deliberativo. -----

-----No uso da palavra a **presidente de Câmara** assinalou que o presente regulamento visa estabelecer os critérios de participação e as condições de funcionamento do programa em título, para a promoção e incentivo de voluntariado jovem no concelho, na área do ambiente, associativismo, cultura e área social.-----

-----A *deputada municipal, Ana Teresa Carvalho*, começou a sua intervenção por referir que nada tem a obstar ao regulamento, sugerindo apenas que na alínea b) do n.º 2 do art.º 2, quando refere “associativismo” fosse acrescentado “ambiente”. -----

-----A *deputada municipal Marta Geraldês* ressaltou a importância destes projetos, que no seu entender devem ser bem publicitados bem como o facto de os destinatários do programa terem as idades compreendidas entre os 13 e os 25 anos.-----

-----O *deputado municipal Tomás Lourenço* também realçou mais um esforço da autarquia para criar uma sociedade mais empática e mais solidária. -----

-----Aproveitou para dizer que nos últimos 4 anos tem acompanhado todo o trabalho desenvolvido pela Área da Juventude, que não é devidamente divulgado, o que é muito perceptível no Conselho Municipal da Juventude que carece, no seu entender, de algumas modificações, uma vez que as iniciativas neste concelho, são de extrema importância para a sociedade civil, para que os jovens possam adquirir *softskills* e competências fundamentais para um ingresso num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e que valoriza outras vertentes fora do percurso académico e acha que deve haver um esforço por parte da Câmara Municipal nesse sentido. -----

----- Concluídas as intervenções, passou-se de imediato à votação:-----

----- Tendo presente a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de regulamento do programa de voluntariado “Faz Parte – Torres Vedras Jovem”. -----

----- Antes de se iniciar a discussão do ponto 11, o deputado municipal Rui Prudêncio interpelou a Mesa da Assembleia no sentido de o mesmo ser discutido no dia seguinte, para dar possibilidade à deputada municipal Sónia Patrício, também comissária da Alargada da CPCJ, que se hoje não se encontrava nesta reunião, tendo o plenário anuído ao solicitado.-----

12 - PROPOSTA N.º 8/AM/2022 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO PÚBLICA SOBRE TROÇO RAMALHAL/TORRES VEDRAS NORTE DA A8 – PRIMEIRO SUBSCRITOR PEDRO MANUEL DE ALMEIDA NUNES BARATA:-----

----- Presente petição em título, apresentada na sessão da sessão de fevereiro, que nos termos do Regimento, por ter mais de 100 assinaturas deve ser apreciada na sessão seguinte. -----

-----O **presidente da Assembleia** informou que em sede de comissão permanente decidiram tentar obter dados sobre o volume de tráfego e valores envolvidos, dando conhecimento da informação já apurada, e que voltará a agendar o assunto quando existirem mais desenvolvimentos sob a forma de recomendação ao executivo municipal. -----

-----O *deputado municipal* **António Carneiro**, mostrou-se disponível para votar a favor de algo que seja útil aos torrienses, mas teceu algumas considerações sobre a questão das compensações pelo não pagamento das portagens. -----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo**, lembrou que poderá haver outro caminho, uma vez que já ocorreram alterações aos contratos de concessão noutros locais do país, sem valores compensatórios envolvidos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

13 - PROPOSTA N.º 9/AM/2022 - NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;---

-----Presente ofício número 1619 de 29/03/2022 a dar conhecimento que a câmara, em sua reunião de 22/03/2022, deliberou propor a nomeação dos elementos constituintes do Conselho Municipal da Educação para o período coincidente com o atual mandato autárquico, uma vez que foram realizados todos os procedimentos de nomeação junto das diversas entidades. -----

-----A **presidente da Câmara**, informou que a nomeação em título coincide com o mandato em vigor, após o que, não se tendo registado intervenções, passou-se de imediato à votação: -----

-----A Assembleia Municipal, por unanimidade, nomeou:-----

-----De acordo com o n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019:-----

-----a) A presidente da câmara municipal, que preside — Laura Maria de Jesus Rodrigues; -----

-----b) O presidente da assembleia municipal — José Manuel Rosa Correia;-----

-----c) O vereador responsável pela educação — coincidente com a presidente da câmara municipal;-----

-----d) O presidente de junta de freguesia, eleito pela assembleia municipal em representação das freguesias do concelho — David Alves Gomes Lopes (Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães);-----

-----e) O representante do departamento governamental responsável pela área da educação — Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa;-----

-----f) O representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respetiva — Teresa Almeida e, como membro suplente, Tiago Cruz;-----

-----h) Os diretores de agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município — Maria Conceição Monteiro Milheiro (Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira), Rita João de Maya Gornes Sammer (Agrupamento de Escolas Madeira Torres), Joaquim Pinto Gonçalves (Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias), Vitor Manuel Teodoro dos Santos

(Agrupamento de Escolas de São Gonçalo);-----

----- De acordo com o n.º 2 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019: -----

----- a) Um representante das instituições de ensino superior público — Rita Cadima (Instituto Politécnico de Leiria);-----

----- b) Um representante das instituições de ensino superior privado — Não existe esta oferta no concelho neste momento;-----

----- c) Um representante do pessoal docente do ensino secundário público — Teresa de Oliveira Fernandes Lopes Nunes (Agrupamento de Escolas de Henriques Nogueira);-----

----- d) Um representante do pessoal docente do ensino básico público — Helena Narciso (Agrupamento de Escolas Padre Vitor Melícias) -----

----- e) Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública — Claudina Luisa dos Santos Ferreira Horta Silva (Agrupamento de Escolas de São Gonçalo);-----

----- f) Um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas — Secundino Oliveira (Agrupamento de Escolas Madeira Torres), Eugénia Póvoa (Agrupamento de Escolas de São Gonçalo), Fernando Martins (Agrupamento de Escolas Padre Vitor Melícias), Eduardo Frutuoso (Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira);-----

----- g) Um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundários privados — Joaquim Raul (Externato de Penafirme) e, como membro suplente, Rute Bernardes (Colégio Quinta do Mar);-----

----- h) Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação — Hernâni Costa (Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de São Gonçalo) e Susana Leonardo (Associação de Pais da ES Gaspar Campello);-----

----- i) Um representante das associações de estudantes — Paulo Jorge Almeida Antunes (Escola de Serviços e Comércio do Oeste) e, como membro suplente, Joana Sofia dos Reis Alves (Escola Secundaria Henriques Nogueira);-----

----- j) Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividades na área da educação — Rita Conceição (ASAS de Ponte do Rol) e, como membro suplente, Susana Livro (Creche do Povo);-----

----- k) Um representante dos serviços públicos de saúde — Rodrigo Marques (USP Moinhos);

----- l) Um representante dos serviços da segurança social — Alexandra Isabel Fanha Delgado e, como membro suplente, Maria José Cruz;-----

----- m) Um representante dos serviços de emprego e formação profissional — Carlos Pinto;

----- n) Um representante dos serviços públicos da área da juventude e desporto — Eduarda Maria Gomes Marques e, como membro suplente, João Miguel Potier Rodeia; -----

----- o) Representantes das forças de segurança — Capitão Paulo Ricardo Oliveira Póvoa - (GNR)

e Chefe Fernando Nuno Franco Pereira (PSP); -----

----- p) Um representante do conselho municipal de juventude — Henrique Silva Santos -----

14 - PROPOSTA N.º 10/AM/2022 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES: ----- .

Comissão Permanente de Economia e Demografia: -----

----- O *Presidente da Comissão, José Manuel Correia*, informou que já recolheram alguns dados demográficos e empresariais e que têm agendada uma reunião com uma empresa que os ajudará a criar uma base sustentada desses dados, após o que, muito brevemente, marcará uma reunião da comissão. -----

Comissão Permanente de Saúde: -----

----- O *Presidente da Comissão, Rui Prudêncio*, informou que a comissão decidiu, para dar apoio à realização de uma assembleia temática sobre saúde, a elaboração de um relatório sobre a situação da saúde no concelho, tendo a Câmara Municipal, se mostrado disponível para colaborar através da contratação de uma instituição credível que os ajude a preparar o documento, e nesse sentido já têm agendada uma reunião com a Escola Superior de Saúde Pública para aferir a sua disponibilidade. -----

----- Também informou que têm marcada uma reunião da comissão para dia 6 de maio. -----

----- Aproveitou ainda, na qualidade de presidente da Assembleia Intermunicipal da OesteCIM, para informar o plenário que está concluída a 1.ª fase qualitativa do estudo para o Novo Hospital do Oeste e será agendada a sua apresentação de resultados, brevemente e do qual dará conhecimento à mesa e que o estudo sobre a adoção da OesteCIM como operador de transportes está a ser alvo de reestruturação face à nova realidade do país. -----

Comissão de sustentabilidade: Mobilidade, Território e Ambiente: -----

----- O *Presidente da Comissão, Celso de Carvalho*, começou por dar uma breve nota sobre a reunião com a Infraestruturas de Portugal que se realizou no dia 6 de abril, no Centro de Artes e Criatividade sobre a Modernização da Linha do Oeste onde comissão que preside esteve presente. -----

----- No seguimento da informação prestada na sessão de fevereiro, deu nota que foram elaborados dois relatórios, de que se destacam os seguintes dados comparativos, que apuraram em resultado das visitas que fizeram às Estação de Transferência e Ecocentro da Ota em 18/01/2022 e à do Paul em 22/02/2022, assim: -----

----- A ET da Ota tem quatro cais de descarga e uma capacidade instalada para receber aproximadamente 25 000 toneladas de resíduos e ainda um Ecocentro que recebe papel/cartão, embalagens de plástico/metálico, vidro, madeira, verdes e resíduos de equipamento elétrico e eletrónico. -----

----- A ET de Torres Vedras tem seis cais de descarga e uma capacidade instalada para receber

aproximadamente 35 000 toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano (valor médio produzido no concelho nos últimos anos), que serão transferidos para semirreboques de piso móvel, e depois enviadas para outras instalações da VALORSUL e ainda um Ecocentro que recebe papel/cartão, embalagens de plástico/metálico, vidro, madeira, verdes e resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, para depois serem enviados para o Centro de Triagem do Oeste, no Cadaval e eventualmente outros operadores. Estimam que entre em funcionamento durante o mês de maio, cujo horário será posteriormente acordado, por protocolo, entre a Valorsul e o Município. ----

---- Também referiu que têm conhecimento que está a ser criada uma comissão de acompanhamento ao funcionamento deste equipamento, que tem a representação de habitantes do Paúl, e das visitas identificaram, três itens que carecem de acompanhamento: mobilidade, ruído e odor, mas foi-lhes comunicado pelo Vereador Francisco Martins que estes fatores estavam em fase de projeto e resolução. -----

---- Acrescentou que no passado dia 24/03/2022 a comissão fez uma visita ao Centro Municipal Florestal, que se focou no conhecimento das atividades no âmbito do Centro Municipal Florestal, e também na apresentação do Plano de Contingência para Situações de Seca em Torres Vedras e que contou também as presenças do Presidente José Correia, e da Vereadora Dulcineia Ramos, tendo sido recebidos pela responsável do Centro Municipal Florestal, Eng.^a Filipa Araújo, e pelo Eng.^o Ricardo Ferreira do Gabinete Técnico Florestal. -----

---- Deu nota ainda que já a comissão já recebeu, no âmbito da modernização da Linha do Oeste, os autarcas do Ramalhal e pensam na próxima receber o presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, que também já lhes fez chegar algumas dúvidas. -

---- Por último, referiu que a comissão tinha agendada uma reunião com a OesteCIM, por causa dos transportes, que voltarão a agendar oportunamente quando houver um estudo reformulado. --

---- Relativamente à aludida reunião com a IP sobre a Modernização da Linha do Oeste, para a qual também foi convidado a estar presente o **Presidente da Assembleia**, informou, resumidamente, que teve o cuidado de na mesma, enaltecer a Plataforma Runa Acontece pelo empenho que colocou na luta pela resolução do problema que envolve a sua comunidade. Prosseguiu, informando que da reunião resultou que se vai construir a passagem superior para substituir a passagem de nível de Runa, construir o apeadeiro nesta fase de eletrificação junto ao parque verde, e resolver-se a questão da subestação, tendo ficado demonstrado que não há problemas para saúde. -----

---- Ficaram de um modo global agradados com o cuidado que a IP preparou a reunião, que se fez representar ao mais alto nível técnico, onde também foi apresentada uma visão do projeto em 3D, que tinha sido solicitado pela presidente da Câmara e a par destas boas conclusões ficaram a saber que, como a IP está a cumprir a legislação europeia no que concerne à eletrificação, a Linha

do Oeste vai ficar na rede Europeia, o que é muito importante a nível do financiamento não só para Torres Vedras, mas para a região e para todo o país.-----

-----Pedeu ainda a palavra o *presidente de junta da Ponte do Rol*, **Pedro Vasa** para alertar que não está contemplado na Estação de Tratamento os resíduos indiferenciados, nomeadamente entulho de pequenas obras, situação que devia ser acautelada e para expressar os parabéns à comissão pelo seu trabalho.-----

-----Também a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* alertou para algumas questões que ainda não estão definidas no que se refere à estação, mais concretamente, as competências, o regime de funcionamento e acessos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 01:00 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente reunião, o que mereceu a concordância de todos os membros da assembleia, indicando que continuaria no dia seguinte, tal como devidamente publicitado, uma vez que não foram discutidos todos os pontos agendados.-----

AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE ABRIL PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 27 DE ABRIL DE 2022:-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (1.º secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segundo secretário).-----

-----Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Marta Filipa Sousa Geraldes, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Sérgio Augusto Nunes Simões, Tomás Horta Lourenço, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim do Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva,

João Carlos Esteves Caldeira, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho e David Alves Gomes Lopes, Marco António Figueiredo Branco.-----

---- Faltaram os deputados municipais António Augusto dos Anjos, Luis Miguel Antunes Baptista e Ana Paula Mota.-----

---- Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Basílio Ramos.-----

---- O **presidente da Mesa** informou que os trabalhos se iniciariam no ponto 11, como acertado na reunião do dia anterior.-----

11 - PROPOSTA N.º 7/AM/2022 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE 2021 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS:-----

---- Presente ofício número 147/22, da CPCJ de 23/02/2022, a remeter de acordo com o determinado no n.º 2 do art.º 32.º da Lei n.º 147/99, de 1/09/2022 na sua atual redação, o relatório em título.-----

---- O **presidente da Mesa** introduziu o relatório em título que considerou muito bem elaborado, e que permite conhecer melhor o concelho nesta matéria tão específica, dando-se seguida a palavra ao plenário:-----

---- A **deputada municipal Ana Fiéis**, começou por referir que há 9 anos, que está na comissão alargada, o que tem sido um enorme prazer.-----

---- Relativamente à CPCJ deu nota que entrou em funções uma nova presidente, verificaram-se alterações na composição da modalidade alargada, que implicou o ajustar do seu funcionamento e foi aprovado há poucos meses, o novo plano de ação, que está em desenvolvimento, esperando que sejam concretizadas diversas ações dirigidas à população nos próximos meses.-----

---- Relevou que considera essencial uma relação de proximidade da CPCJ com a comunidade em geral de modo a que a comissão tenha uma visibilidade positiva o que nem sempre aconteceu, para que seja vista como uma entidade de referência na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens.-----

---- Relativamente ao relatório propriamente dito, que vem acompanhado de uma breve explicação relativamente aos processos distribuídos por faixa etária, nacionalidade, entidades sinalizadoras, problemáticas sinalizadas, medidas de acompanhamento e apoios, o que permite a todos uma melhor compreensão dos dados nele constantes, contudo, relativamente aos anos anteriores, não foi considerado relevante a identificação dos processos e problemáticas por freguesias do concelho, que seria importante até para a concretização de ações centradas nas

mesmas com mais problemáticas assinaladas. -----

----- Realçou o aumento das sinalizações pelas forças de segurança, no que à violência doméstica diz respeito e também dos estabelecimentos de educação, sendo sem dúvida a problemática que continua a ser a mais sinalizada, embora tendo diminuído ligeiramente em relação ao ano passado e tem que ser tida em consideração e regista também um aumento de sinalizações de comportamentos graves ou de indisciplina.-----

----- Reafirmou que confia no trabalho da comissão que tem sido empenhado e profícuo e acredita que os comissários das modalidades restrita e da alargada farão os possíveis para cumprir os objetivos da promoção e proteção das crianças e jovens do nosso concelho. -----

----- Usou de seguida da palavra a *deputada municipal Andreia Caldas*, anotando que não está há tanto tempo como a colega na comissão, mas não pode, em tempos tão exigentes deixar de destacar o trabalho desenvolvido pela CPCJ nestes enormes desafios sociais.-----

----- Aproveitou para apelar não só ao plenário, mas a todos os cidadãos, para contribuírem para o trabalho desenvolvido pela CPCJ, que passa por desmistificar o real papel da comissão, que apoia as famílias, que dá suporte às crianças/jovens e às suas famílias que não podem viver na sua plenitude os direitos que deveriam ter.-----

----- Relativamente ao relatório, ficou menos agradada ao ler “*deficit* de recursos humanos face ao volume processual” e que a fez estabelecer uma ponte com uma enorme necessidade de investimento na capacidade de responder a todos estes desafios na saúde mental, considerando oportuno sublinhar a importância de ser criada uma “carta municipal” ao nível da saúde mental.----

----- Por sua vez a *deputada municipal Sónia Patricio* começou por dizer também é novata na modalidade alargada, mas entusiasmada por fazer parte, parabenizando todo o trabalho que tem sido desenvolvido por esta comissão que é composta por uma equipa multidisciplinar, muito empenhada e que resolve situações difíceis, considerando que as reuniões em que já participou, têm sido muito produtivas. -----

----- No tocante ao relatório, e como já foi referido, a problemática mais evidente no concelho continua a ser a violência doméstica, sendo importante todos terem a noção que as situações existem, estão perto e onde menos esperam. Assim considera que todos devem agir como promotores de uma sociedade socialmente responsável, identificando situações de risco e sinalizando-as sem medo, o que pode ser feito de forma anónima, estando a comissão disponível para esclarecer dúvidas que surjam, sempre em prol do superior interesse da criança.-----

----- Aproveitou para dar a conhecer ao plenário que abril é o mês da campanha da prevenção dos maus tratos na infância, assunto que tem sido assinalado pela comissão através de algumas ações nas escolas, no sentido de promover entre os alunos a harmonia e o crescimento saudável. Deu nota também da campanha “Laço Azul” que consiste na iluminação dos edifícios em azul no

sentido de promover e evitar maus tratos na infância, que existem no concelho. -----

---- Por último, concordou que todos devem ser promotores e agentes de identificação de situações de risco e de potencial perigo, porque as crianças de hoje são o futuro de amanhã. -----

---- Para uma breve intervenção pediu também a palavra a *deputada municipal Susana Neves* centrando a sua preocupação nos processos reabertos, onde as faixas etárias e o género dos processos reabertos são em maior número nas crianças em pré-adolescência que vai dos 11 aos 14 anos e para o qual solicita ponderação por parte da comissão, pois se os processos são reabertos é porque pode ter havido um arquivamento precoce. -----

---- Nesta sequência e no seu entender a Segurança Social tem que investir mais em recursos humanos, porque quer a autarquia, quer as IPSS têm feito um esforço enorme, os comissários eleitos para a modalidade alargada também estão disponíveis para ajudar, mas a par disto, esta comissão deve ser reforçada por mais um elemento na equipa fixa para que o acompanhamento às famílias seja mais prolongado e que não haja estes processos reabertos constantemente.-----

---- A propósito da intervenção anterior o *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, anotou que há uns anos atrás também ele foi muito crítico em relação à CPCJ do concelho, contudo, pelas funções profissionais que exerce, contacta com todas as CPCJ dos concelhos limítrofes, tendo que dar uma nota de apreço à instituição de Torres Vedras que mudou completamente há meia dúzia de anos para cá. -----

---- Desta forma, pensa que este abrir e fechar de processos não é tão linear assim, até pelo conhecimento que todos têm da sociedade, em que a litigância parental é brutal e em que o superior interesse da criança não existe, infelizmente. É simplista demais dizer que se fecha o processo precocemente, porque, certamente na altura, era a decisão que os técnicos consideraram oportuna e apropriada, mas, se calhar, passado um ano mudou tudo. -----

---- Conclui dizendo que foi precipitado afirmar que os processos são fechados precocemente e devem deixar aos técnicos essa apreciação.-----

---- A encerrar este assunto o *presidente da Assembleia* disse seriam extraídas da ata, as apreciações feitas, que faria chegar à presidente da CPCJ. -----

---- Disse ainda que estão perante um dos assuntos mais importantes e delicados da vida coletiva, o problema das crianças em risco, seja qual for o risco, sendo honroso e gratificante que os representantes deste órgão na comissão, mostrem o empenho, a dedicação, o gosto e o interesse pela participação na mesma. Assim apelou que nunca lhes falte as forças, assegurando que a Assembleia Municipal está disponível para ajudar no que for possível, o que considera um dever inerente ao cargo que detêm.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

15 - PROPOSTA N.º 11/AM/2022 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE

**CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:---
INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----**

-----Presente informação em título datada de 21/04/2022, reportada ao período entre 1/02/2022 e 31/03/2022 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 10.227.798,69 e € 789.410.18 de dívidas a fornecedores.-----

-----Antes de dar a palavra ao plenário o **presidente da Mesa**, louvou a melhoria técnica e de conteúdo do documento apresentado, que consiste numa síntese bem conseguida e organizada, assinala uma melhoria dos processos comunicativos e traduz o surpreendente volume atividades que o Município realiza. Prosseguiu assinalando que é um orgulho viver num concelho que tem capacidade de gerar tantos eventos, pois demonstra que são uma alavanca económica da atividade sociocultural do concelho, que os honra a todos. -----

-----O *presidente de junta da união de freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça*, **José Damas Antunes**, voltando a um assunto que já expôs na reunião anterior, deu nota que estão a ser tapadas as valas de saneamento no Casal das Giestas, mas ficou surpreso por não constar informação referente a esta obra, uma vez que ainda falta uma parte que é importante, mais concretamente, a ligação ao coletor em alta. -----

-----Aproveitou para assinalar que, foi autarca há 40 anos, quando o saneamento era um problema muito grande, mas na freguesia que preside ainda há algumas pontas soltas por resolver, ao qual o Executivo devia dar prioridade. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, reportou-se à intervenção da presidente de Câmara na reunião de terça-feira do executivo municipal sobre as comemorações do 1.º aniversário do Centro de Artes e Criatividade, no sentido de alertar sobre alguma polémica com a funcionalidade deste equipamento, crendo que o número de visitantes para 365 dias é curto tendo em conta o investimento em causa e de ter ficado com a sensação que haverá a perspetiva de dinamizar o espaço. -----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho*, disse que face ao referido na informação em apreço, a quantidade de resíduos relacionados com a recolha seletiva que a Câmara Municipal não paga representa cerca de 11,8% do total de resíduos, mas se forem aos dados de 2021 representa 9,7%, quando a taxa de execução a nível nacional é de 21,5 %, ou seja, há muito caminho para andar.-----

-----Alertou igualmente para a questão dos “monstros”, que se forem valorizados em vez de destruídos por incineração, ainda podem ter valor positivo, sendo imperioso tentar cumprir as metas europeias porque Torres Vedras está aquém das mesmas em relação aos concelhos vizinhos. -----

-----O *presidente da união de freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça*, **Celso de Carvalho**,

interveio no sentido parabenizar o Executivo Municipal, lembrando que há muito que existe o mito urbano que só há alcatroamento antes das eleições, mas estas já lá vão e continua a haver alcatroamento no concelho. Continuou frisando que na freguesia que preside ainda há algumas vias em mau estado, mas acredita nesta “linha de trabalho” que continua a repavimentar as estradas.-----

----De seguida alertou que também é na freguesia que preside que existem os piores 5 ou 6 Km de estrada do concelho, concretamente na EN 115-2 entre a Ermegueira e Aldeia Grande, mas que são da responsabilidade da IP, e sobre os quais a junta de freguesia tem feito pressão permanente sobre esta entidade, para a sua requalificação. -----

----A **presidente de Câmara**, relativamente ao Casal das Giestas, informou que a obra é para continuar e que há um troço que já devia estar concluído, tendo surgido um problema com um proprietário, mas a situação está a ser resolvida.-----

----No tocante ao CAC, deu nota que está no seu primeiro ano, está a fazer o seu caminho, e nesta altura já tem uma equipa estabilizada, crendo que a partir de agora a programação se vai desenvolver apropriadamente. Quanto à afluência, considera que 7.500 visitantes num ano e cerca de 4.000 no serviço educativo é um número significativo, ao que acresce todas as atividades desenvolvidas por este centro, que podem ser aferidas no seu relatório de atividades que consta no *site*, assim como o programa para a comemoração do 1.º aniversário. -----

----Concordou que existem muitas expectativas para aquele espaço, que têm que ser superadas acreditando que irá acontecer em breve.-----

----Sobre as metas da reciclagem assegurou que todos querem que o serviço seja melhorado, mas relativamente aos concelhos vizinhos lembrou que têm que lidar com a dificuldade que é a dimensão do concelho, e os seus 407 km² fazem toda a diferença nos percursos e na dispersão dos pontos de recolha, contudo a estratégia dos SMAS é atingir as referidas metas.-----

----Por último referiu que um dos compromissos para o mandato é continuar com o alcatroamento assentando ter conhecimento do aludido troço na freguesia do Maxial que precisa de ser intervencionado, o qual vão tentar negociar antes da transferência de competências desta via para a Câmara Municipal. -----

----Ainda para falar sobre o CAC pediu a palavra o *deputado Municipal Rui Prudêncio*, que corroborou a preocupação sobre a questão da afluência e da dinamização do espaço, aproveitando para questionar se não estava na altura de identificar o equipamento.-----

----Sobre esta questão a **presidente de Câmara** esclareceu que não estão em sintonia com o autor do projeto, sendo uma questão que carece de ser ultrapassada, no entanto já existe um totem no espaço exterior com informação relativa ao mesmo. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

15.1 - PROPOSTA N.º 12/AM/2022 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal: -----

-----Ofício número 1074 de 07/03/2022:-----

----- 1 – Processo ED/90/2019 - Requerimento ED/4269/2021 – Jorge Luis Chayep - parcela de terreno, situada no Casal da Barrada, Ribeira de Matacães, freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 26,00m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 785, da freguesia de Matacães, e inscrito na matriz sob o n.º 241 da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 130,00. -----

-----2 – Processo ED/589/2021 - Requerimento ED/160/2022 – Maria Alice Batista José Carreira - parcela de terreno, situada na Rua Vitor Aragão Lamy, 49 em Campelos, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 9,40m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 1202, da freguesia de Campelos, e inscrito na matriz sob o n.º 1808 da União de freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 47,00, arredondado nos termos do CIMI para € 50,00. -----

-----3 - Processo de obras ED/526/2020 – Requerimento ED/7845/2020 – Mototorres – Comércio de Motociclos, Bicicletas, Acessórios, Unipessoal, Lda. – parcela de terreno, situada no Casal Cantoneiro, EN8 em Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 606,13m², a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 6909, da Freguesia Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) e inscrito na matriz 9336 da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães para beneficiação da via, à qual foi atribuído o custo unitário de 5,00€/m², o que perfaz um valor total de € 3.030,65, arredondado nos termos do CIMI para € 3.040,00. -----

-----4 - Processo de obras ED/617/2021 – Requerimento ED/7735/2021 – Rodrigo Manuel Lourenço da Silva – parcela de terreno, situada na Rua do Moinho – Serra da Vila – Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 9,30m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio urbano descrito na matriz sob o art.º 2496, da Freguesia Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e S. Miguel) e inscrito na matriz sob o n.º 4729 da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de 5,00€/m², o que perfaz um valor total de € 46,50, arredondado nos termos do CIMI para € 50,00.-----

-----5 - Processo de obras ED/754/2021 - Requerimento: ED /9623/2021 - Paulo Agostinho

Rodrigues de Sousa – parcela de terreno, situada na Rua Nossa Senhora da Purificação – Sirol - União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 52m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2260, da Freguesia de Dois Portos e inscrito na matriz da Autoridade Tributária e Aduaneira sob o artigo 2226, da Freguesia de Dois Portos e Runa, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 260,00.-----

-----6 - Processo de obras ED/785/2021 - Requerimento: ED /10042/2021 - Franclim da Conceição Oliveira – parcela de terreno, situada na Sevilheira, Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 32m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1159 da Freguesia de Matacães e inscrito na matriz sob o artigo 101.º Secção 2 D, da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo o valor total de € 160,00, para alargamento do caminho.---

-----7 - Processo de obras ED/840/2021 – Requerimento ED/10817/2021 – Custódio Alves Antunes – parcela de terreno, situada na Rua do Lugar de Baixo n.º 46 – Assenta – Freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área de 10,50m², que serão retirados do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4561, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na matriz com o n.º 4743 Urbano da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de €5,00/m², o que perfaz um valor total de € 52,50, arredondado nos termos do CIMI para € 60,00. -----

-----Ofício número 1620 de 28/03/2022:-----

-----1 – Processo CT/51/2022 - Requerimento CT/397/2022 – Luís Alberto Felismino Leal Henriques (requerimento de Marta Sofia Martins Ferreira Frutuoso) - parcela de terreno, situada na Rua Principal n.º 5, Boavista, Freguesia de A-dos-Cunhados, com a área de 374,00m² destinada a requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 6377, da freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz sob o n.º 5518, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.870,00. -----

-----2 – Processo ED/364/2021 - Requerimento ED/10535/2021 – Rogério da Silva Narciso - parcela de terreno, situada na localidade de Ameal, freguesia de Ramalhal, com a área de 38,00m², destinada a requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 1361, da freguesia de Ramalhal, e inscrito na matriz com o n.º 20, “secção O” da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 190,00.-----

-----3 – Processo OP/187/2016 - Requerimento OP/1294/2022 – Cristóvão Caetano Figueiredo - parcela de terreno, situada na Rua dos Moinhos, n.º 1, na localidade de Varatojo, freguesia de

Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 42,00m² destinada a requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o artigo n.º 5037, da Freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), e inscrito na matriz com o n.º 908, da Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 210,00.-----

-----4 – Processo ED/14/2021 - Requerimento ED/834/2022 – Ana Rita Costa Afonso - parcela de terreno, situada na Rua Joaquim Alves n.º 5, localidade de Olho Polido, com a área de 111,65m² destinada a requalificação da via pública, a retirar da parte rústica do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 1818 da freguesia do Maxial e inscrito a parte rustica na matriz sob o artigo 53.º “secção 1C” da freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça e a parte urbana com o art.º 760º da Freguesia de Maxial e Monte Redondo, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 558,25 arredondado nos termos do CIMI para € 560,00. -----

-----5 - Processo CT/1237/2021 - Requerimento CT/9807/2021 – Carlos Alberto Alves Santos - parcela de terreno, situada no Casal Chichorro, localidade de Silveira, com a área de 326,00m² para benefício da via pública, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 5326, da mesma freguesia e inscrito na matriz com o art.º 9135, da freguesia de Silveira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.630,00. -----

-----6 – Processo CT/140/2022 - Requerimento CT/1157/2022 – Investbil – Investimentos Imobiliários, Lda. - parcela de terreno, situada na Rua dos Ciprestes, Varatojo, freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 58,80m² para benefício da via pública, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 1508, da freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e São Miguel), e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 4.º secção “3G”, da freguesia de Santa Maria São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 294,00, arredondado nos termos do CIMI para € 300,00. -----

-----7 - Processo de obras ED/631/2020 – Requerimento ED/7977/2020 - Nuno Filipe Alves Soares – parcela de terreno, situada na Rua Paulino Alves - São Pedro da Cadeira - Freguesia São Pedro da Cadeira, com a área de 192m² a retirar do Prédio no prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3387, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e omissa na matriz, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 960,00. -----

-----8 - Processo de obras ED/234/2021 - Requerimento ED/2975/2021 – Daniel Augusto Antunes Botelho – parcela de terreno, situada na Rua Dr. Afonso Vilela – Moçafaneira – Freguesia de

Ventosa, com a área de 60,00m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5400 da freguesia de Ventosa e inscrito na matriz sob o artigo 76.º, “secção O”, da freguesia de Ventosa, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 300,00. -----

-----9 - Processo de obras ED/556/2021 – Requerimento ED/6935/2021 – Sophie Jeannine Santos Dauny – parcela de terreno, situada na Rua Alves n.º 12 – Vale de Janelas – Póvoa de Penafirme – União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 17,16m², que serão retirados do Prédio urbano descrito na matriz sob o art.º 9489, da Freguesia de A dos Cunhados e inscrito sob o n.º 6868 da Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor patrimonial de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 85,80, arredondado nos termos do CIMI, para € 90,00. -----

----- 10 - Processo de obras ED/616/2021 – Requerimento ED/7724/2021 - André Filipe Lourenço Pereira – parcela de terreno, situada na Estrada Nacional 8,20 - Casais Larana - Freguesia Ramalhal, com a área de 18,60m², a retirar do Prédio Urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1697, da Freguesia de Ramalhal, e descrito na matriz com o n.º 1164, da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 93,00, arredondado nos termos do CIMI para € 100,00. -----

----- 11 - Processo de obras ED/631/2021 – Requerimento ED/7921/2021 – António Luis Reis Gomes – parcela de terreno, situada na Rua do Norte, 3 – Pedra – Freguesia de Ventosa, com a área de 25,80m², a retirar do prédio Urbano, omissa, na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, inscrito na matriz predial sob o artigo urbano nº 5457, da freguesia da Ventosa, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 129,00, arredondado nos termos do CIMI para € 130,00. -----

----- Ofício número 1702 de 01/04/2022:-----

----- 1 – Processo ED/216/2021 - Requerimento ED/2758/2021 – Hélder Manuel Carlos Fonseca - parcela de terreno, situada na Rua do Sol, n.º 4, Freguesia de A-dos-Cunhados, com a área de 7,00m² destinada a requalificação da via pública, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 8055, da freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira e inscrito na matriz sob o n.º 3113, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 35,00, arredondado para € 40,00, nos termos do CIMI. -----

-----2 - Processo de obras - ED/95/2021 – Requerimento ED/1344/2021 - Ilustres Raízes, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua dos Pescadores, 1 e 3 - Santa Cruz - União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 15,30m² para requalificação da via pública, a retirar do

prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 6753, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz com o art.º 5557 da União das freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 76,50, arredondado para € 80,00, nos termos do CIMI.-----

-----3 - Processo de obras - ED/349/2021 – Requerimento ED/4313/2021 - José Abel Leal Henriques Pereira – parcela de terreno, situada na Rua Bartolomeu n.º 19 – Palhagueiras - União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 216,00m² para requalificação da via pública, a retirar do Prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 9499, da Freguesia de A dos Cunhados (extinta), e inscrito na matriz com o n.º 18 Rústica secção n.º 1A (parte), da freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.080,00. -----

-----4 - Processo de obras ED/810/2021 – Requerimento ED/10574/2021 – Maria de Fátima da Conceição Silva – parcela de terreno, situada na Rua da Bica – Serra de São Julião – União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, para requalificação da via pública, com a área de 15,67 m², que serão retirados do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 2780, da freguesia de Carvoeira e inscrito na matriz com o art.º 2439-P da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído o custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 78,35, arredondado para € 80,00, nos termos do CIMI.-----

-----5 - Processo de obras ED/123/2022 – Requerimento ED/1660/2022 – Maria Alexandra Nunes Monteiro – parcela de terreno, situada na Rua de Trás das Eiras, n.º 32 – Monte Redondo – União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 31,80m² que serão retirados do prédio Urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 683, da freguesia de Monte Redondo, e inscrito na matriz com o n.º 413 da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 160,00. -----

----- Ofício número 2016 de 18/04/2022:-----

----- 1 - Processo de obras ED/416/2021 – Requerimento ED/5285/2021 – Lígia Sofia Marques Sinógas – parcela de terreno, situada na Rua de S. Miguel – Sarge – Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 487,20 m², que serão retirados do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1166, da Freguesia Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), e inscrito na matriz com o n.º 13 “P” da Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.436,00, arredondado para € 2.440,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. -----

-----2 - Processo de obras ED/713/2021 – Requerimento ED/9057/2021 – Diana Sofia da Costa Alves – parcela de terreno, situada na Rua do Moinho – Mouguelas – Freguesia de S. Pedro da

Cadeira, com a área de 127,00m², a retirar do Prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2023 da Freguesia de S. Pedro da Cadeira e inscrito na matriz sob o art.º 88, secção “R”, da mesma freguesia, para beneficiação da via, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 635,00, arredondado para € 640,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

-----3 - Processo de obras ED/19/2022 – Requerimento ED/378/2022 – Daniela Alexandra Patrício Ramalho – parcela de terreno, situada na Avenida 25 de Abril – Zibreira – União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 52,90m² a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1209, da Freguesia de Carvoeira, e inscrito na matriz sob o artigo 3 da secção F, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 264,50, arredondado para € 270,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

15.2 - PROPOSTA N.º 13/AM/2022 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 1072, de 7 de março – deliberação do executivo de 02/03/2022:-----

-----Junta de freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, no valor de € 20.000,00, para apoio ao serviço de Psicologia nas Escolas, que tem como objetivo dar resposta às crianças do 1.º ciclo das escolas da Freguesia, que necessitam de avaliação e acompanhamento psicológico.-----

-----Ofício número 1587, de 24 de março – deliberação do executivo de 22/03/2022:-----

-----União de Freguesias de Carvoeira e Carmões - € 10.000,00 – apoio financeiro para intervenção no cemitério de Carmões;-----

-----Freguesia do Turcifal - € 5.000,00 – apoio financeiro para manutenção e reparação de viaturas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ADITAMENTO:-----

PROPOSTA N.º 19/CM/2022 - AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA DESPESA PLURIANUAL - FORNECIMENTO ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS:-----

-----Presente ofício número 2306, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26 de abril, a dar conhecimento que a Câmara Municipal, em sua reunião de 26/04/2022, tendo presente que está a terminar o contrato em vigor, de fornecimento de energia elétrica para os vários edifícios municipais, é necessário abrir um novo procedimento para celebração de novo, para o prazo de 2

anos, deliberou, por unanimidade, tendo por base a informação 4/DCP/2022 de 20/04/2022 da Chefe de Divisão de Contratação Pública, remeter o processo em título à Assembleia Municipal. --

----- Depois de uma breve nota sobre razão que levou à solicitação de aditar este assunto à ordem de trabalhos, por parte da **presidente da Câmara** e como não se registaram intervenções, o assunto foi submetido à votação: -----

----- A Assembleia Municipal, para efeitos do disposto do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto- Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação, autorizou, por unanimidade, a repartição de encargos da despesa plurianual para fornecimento eletricidade em regime de mercado livre para diversas instalações municipais: considerando o prazo do contrato nos seguintes moldes: 2022: € 515.007,42 - 2023: € 882.869,86 - 2024: € 367.862,44 – todos os valores com IVA, de acordo com ao preço base estimado do procedimento e valores das componentes de acesso e outras taxas que são os seguintes: Valor anual: Componente de energia (preço base) - € 370.749,98 - Componentes de acesso às redes, potência contratada, potência em hora de ponta e energia reativa e outras - € 512.119,87. Total para 2 anos: € 1.765.739,70: - (Componente de energia (preço base) - € 741.499,96 Componentes de acesso às redes, potência contratada, potência em hora de ponta e energia reativa e outras - € 1.024.239,74. -----

16 - PROPOSTA N.º 14/AM/2022 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES.-----

----- O presidente da Mesa disse que estavam agendados dois votos de sua autoria, e que tinham sido rececionadas duas moções do Grupo Municipal do PSD, que a mesa passaria a apresentar sem prejuízo de uma breve introdução pelos proponentes. -----

VOTO DE PESAR – ARMANDO PEDRO LOPES:-----

----- “Armando Pedro Lopes, torriense, nascido a 6 de março de 1928, colaborou com as mais diversas instituições deste concelho, nomeadamente o Clube Artístico e Comercial, Santa Casa da Misericórdia, Club Recreativo Operário, Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, Sporting Club de Torres, Associação de Educação Física e Desportiva, Cine-Club de Torres Vedras, Amigos de Torres, Lar de São José, Jardim Escola de São João de Deus, Junta de Freguesia de Monte Redondo, Sport Club União Torreense, entre outras. -----

----- Em 1953, liderou o processo de construção do obelisco existente na Praça 25 de abril, da autoria de Jacobety Rosa e merecedor do único prémio Valmor nesta cidade. -----

----- Foi membro integrante da comissão concelhia da candidatura de General Humberto Delgado, em 1958 e a sua intensa oposição regime da época levou-o à prisão no ano de 1963. -----

----- Fez parte da primeira comissão, pós 25 de Abril, para pareceres de obras na Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

----- Proprietário da Galeria 70, associou livros, discos e exposições de pintura, trazendo para Torres Vedras um conceito de estabelecimento cultural que só tinha paralelo nas grandes cidades

do país. -----

---- Em 11 de novembro de 2021, foi galardoado com a Medalha Municipal de Mérito Grau Prata e menos de um ano depois faleceu, a 21 de março de 2022, mas deixa a sua marca em Torres Vedras.-----

---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera dirigir à família enlutada o seu mais profundo pesar. -----

---- O presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia.”-----

---- Antes de se passar à votação o presidente da Mesa teceu umas breves palavras sobre o falecido, ao que se juntaram os deputados municipais Sérgio Simões e António Bastos.-----

---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, por proposta do seu presidente, deliberou por unanimidade, mandar lavrar em ata um voto de pesar pelo falecimento de Armando Pedro Lopes, e manifestar em nome de todo Órgão Deliberativo, a toda a família as mais sentidas condolências, e observou um minuto de silêncio em memória do falecido. -----

VOTO DE AGRADECIMENTO:-----

---- “A Assembleia Municipal de Torres Vedras, vem deste modo, agradecer à Direção dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras a sua disponibilidade reiterada pela cedência do Salão Nobre desta instituição centenária, para a realização das sessões deste órgão deliberativo durante os últimos 2 anos.-----

---- A pandemia de Covid-19, que ainda não terminou, ditou alterações no funcionamento das Sessões da Assembleia Municipal e graças à atenção que a direção desta casa sempre nos dirigiu e às excelentes condições do espaço cedido, conseguiu realizar os seus trabalhos plenários com toda a segurança que o momento exigia.-----

---- O presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia.”-----

---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, por proposta do seu presidente, deliberou por unanimidade mandar lavrar em ata o voto de agradecimento acima transcrito.-----

MOÇÃO – PLANO DE PORMENOR PARA A ZONA DO PINHAL DE CASCAIS, A NORTE DA FONTE GRADA:-----

---- “Considerando que na zona do Pinhal de Cascais, a norte da Fonte Grada, já existe um loteamento cujos lotes já estão quase todos construídos.-----

---- Considerando que do outro lado da estrada municipal já está implantada a empresa Frismag, que como sabemos emprega centenas de trabalhadores.-----

---- Considerando que a sul e norte do referido loteamento tem sido construído diversos armazéns industriais.-----

---- Considerando que todos os armazéns e empreendimentos que têm surgido na zona têm sido aprovados isoladamente e sem ter em conta um correto ordenamento territorial, que possibilite

que no futuro as infraestruturas (arruamentos, passeios, estacionamento, abastecimento de água, saneamento, eletricidade e telecomunicações e espaços verdes) assegurem em condições a dinâmica económica que se está a verificar na área em questão. -----

----- Propõe-se:-----

----- Que a Assembleia Municipal proponha à Câmara Municipal a execução de um instrumento de planeamento urbanístico (Plano de Pormenor) de forma a assegurar que daqui para a frente os novos empreendimentos na zona obedeçam a uma lógica e visão de conjunto. -----

----- Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal.” -----

----- Depois de umas breves palavras do autor da moção, António Bastos, a reforçar o seu teor foi dada a palavra ao *presidente de junta da Ponte do Rol, Pedro Vasa* que alertou que esta questão tem vindo a ser colocada ao longo dos tempos, tendo a certa altura sido dito por técnicos da autarquia que havia um projeto, mas que nunca viu. -----

----- Independentemente disso entende que é um problema que tem que ser visto, tendo em conta o tráfego atravessa as Palhageiras, Fonte Grada e a Ponte de Rol que só tem metade da variante concluída, e atendendo também que a pressão empresarial urbanística industrial está ali, é ali que têm que arranjar uma solução. -----

----- O *deputado municipal, Rui Estrela*, deu nota que o problema também se passa na Paúl, no chamado parque empresarial, onde foram nascendo empresas desordenadas e assim esta moção devia ser estendida a outras áreas do concelho que precisam de organização. -----

----- Também se pronunciou o *deputado municipal Pedro Castelo* opinando que é uma moção pertinente, pois tem o objetivo de regulamentar uma série de questões, onde falta um instrumento urbanístico específico de orientação. -----

----- Assim, e por essa mesma razão lembrou que às vezes vêm para ratificação da Assembleia Municipal declarações de interesses municipais, considerando importante que essa questão fosse tida em consideração podendo ser conjugada com a revisão em curso do Plano Diretor Municipal do concelho, sugerindo que no âmbito da comissão da Assembleia Municipal criada para o seu acompanhamento, fosse tido em conta a moção, no sentido de averiguar se é pertinente alargar a outras zonas do concelho. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 36 votos e favor e 1 abstenção de Pedro Castelo aprovar a moção em título e acima transcrita. -----

MOÇÃO – NOVA VIA DE ACESSO À A8:-----

----- “Considerando que ao longo dos anos nos temos batido pela execução de uma nova estrada para Santa Cruz, de modo a haver uma alternativa aos atuais acessos, os quais estão em grande parte comprometidos ao atravessar extensas áreas urbanas. -----

----- Considerando que um novo acesso poderá igualmente servir e criar novas acessibilidades às

atividades económicas (indústrias e armazéns a norte da Ponte Rol e indústrias e empresas ligadas à agricultura nas Freguesias da Silveira e de A-dos-Cunhados e Maceira). -----

----- Considerando que essa nova via de comunicação deverá assegurar de forma efetiva e eficaz o acesso à rede nacional de estradas (A8, EN 8 e EN 8-2), de modo a criar condições de competitividade das nossas indústrias e de um melhor desenvolvimento turístico da nossa costa.--

----- Considerando que no PDM está cartografado um espaço canal (corredor de reserva) para a implantação dessa via. -----

----- Considerando que esse espaço canal tem início sensivelmente a meio da descida para Paio Correia, criando um novo cruzamento na EN 8-2. -----

----- Considerando que esse espaço canal irá atravessar as estufas da firma Linos, contornado por norte o acidente topográfico existente (monte). -----

----- Considerando que a sul do referido monte se localiza o cruzamento da parte desclassificada da EN 8-2, e que já existe terreno público na parte da estrada que foi desativada. -----

----- Considerando que a Câmara encomendou recentemente a uma firma da especialidade o estudo para a nova estrada. -----

----- Considerando que essa firma pode dar como “dado adquirido” o início da nova via a meio da descida para Paio Correia e contornar o monte pelo lado norte. -----

----- Propõe-se:-----

----- Que a Assembleia Municipal proponha à Câmara Municipal que dê indicações, à firma que está a executar o estudo, de forma a estudar a hipótese do início da nova via iniciar-se a partir do cruzamento da parte desclassificada da EN 82 com a EN 8-2 (criando-se para o efeito uma rotunda) e que seja estudada a hipótese da nova via contornar o monte pelo lado sul. -----

----- Esta hipótese de traçado, além de inibir a criação de um novo cruzamento na EN 8-2, poderá permitir um acesso mais curto e necessariamente mais rápido à rede nacional de estradas, em concreto ao nó do Ameal da A8. -----

----- Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal.” -----

----- Pediu a palavra o *deputado municipal Jorge Santos* indicando que a posição do UTV, já expressa em 4/01/2022 aquando da apresentação da sua proposta a este propósito leva-os a dizer que, se nada têm a opor à moção, entendem que fica aquém do que defenderam e que de novo reiteram. Prosseguiu dizendo que entendem que a aprovação do financiamento para a ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras é uma solução insuficiente e desadequada face às reais necessidades e aspirações do concelho. -----

----- Por estes motivos mantêm a ambição de lutar por um traçado de duas vias e avançar para o estudo e projeto da ligação da área empresarial das Palhagueiras a Santa Cruz permitindo aqui a criação de uma ligação e centralidade que constituirá um trunfo para o litoral em termos

económicos e assim a autarquia deve avançar com este estudo aproveitando as sinergias já existentes aproveitando os fundos comunitários e a execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) que termina já em 2025.-----

-----Disse ainda que pretendem com estas ações reduzir a sinistralidade automóvel, promover um turismo sustentável com a criação de um trem elétrico, intenção já integrada no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – Pamus da OesteCIM, de forma a enquadrar o apoio financeiro que o município pretende candidatar ao Programa Operacional Regional.-----

-----O *deputado municipal* **António Bastos** disse não por em dúvida que o que está a ser feito seja viável, mas receia que a Câmara Municipal encomende um estudo, e os projetistas digam que já está previsto no PDM. Assim acha que valeria a pena oficial à firma e dar a conhecer esta opção e a questionar se é possível. -----

-----Por sua vez o *deputado municipal* **Vale Paulos**, sem prejuízo de concordar com a moção, disse que aos dias de hoje poderá haver circunstâncias a alterar este espaço canal, cuja discussão, na altura enquanto vereador do pelouro acompanhou e que foi uma das mais difíceis decisões que tomaram, tendo ido várias vezes ao local, para verificar a melhor localização para a ligação com a EN8 que está a meio da via, junto a Paio Correia sendo a visibilidade 300 metros para cada lado, para quem entra na rotunda. -----

-----A situação aduzida na moção, também foi vista na altura e apresentava muitos problemas de orografia, inclusive implicaria a construção um viaduto entre montes, e o traçado não foi para aí por problemas de construção, contudo a comissão que está a acompanhar a 2.ª revisão do PDM, pode novamente verificar.-----

----- Terminadas as intervenções passou-se de imediato à votação:-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção em título. -----

----- Ainda sobre este assunto pediu a palavra a **presidente de Câmara**, para frisar que não interveio na sua discussão, uma vez que os proponentes, ao invés de pedirem esclarecimentos apresentaram a moção. -----

----- Desta forma esclareceu que não é crível, que a Câmara Municipal não tivesse pensado que agora existe um lote imenso de atividades económicas no local, que não existiam na altura em que o espaço canal foi feito, nomeadamente a Empresa Linos, e só por absurdo também não teriam falado com a equipa para estudar outras alternativas de modo a salvaguardar as atividades já existente na zona, uma vez que esse é o objeto do citado estudo.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----- Pelas 22h30m, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia. -----
